



DESAFIO JOVEM
nas pessoas uma causa



**RELATÓRIO
CONTAS 2025**





ÍNDICE

1 — Mensagem do Presidente	4
2 — Quem somos	5
3 — Intervenção Comunitária	14
4 — Tratamento.....	17
5 — Inserção.....	24
6 — Outras Atividades e Eventos.....	35
7 — Resultados.....	37
8 — Demonstrações Financeiras	38
9 — Anexo	42
10 — Parecer do Conselho Fiscal.....	61
11 — Decisão e Assinaturas.....	62

RELATÓRIO DE GESTÃO



FRANCISCO CHAVES

1 — MENSAGEM DO PRESIDENTE

A criação de um organismo único – ICAD – enquanto interlocutor privilegiado não se traduziu em melhorias na comunicação e acompanhamento do trabalho desenvolvido pela rede de comunidades terapêuticas. Apesar de criado em finais de 2024, a nova direção apenas foi nomeada em janeiro de 2026.

Continua por atualizar a atual legislação, a qual, permanece desajustada da realidade da intervenção realizada pelas instituições, das necessidades decorrentes das mudanças no perfil dos utentes, bem como das diferentes formas de dependência – com ou sem substância. O financiamento é também desadequado para essa realidade.

Durante o ano de 2025, foram muitas as notícias veiculadas acerca da problemática das dependências e da insuficiência da resposta pública no acesso das pessoas ao tratamento, em tempo útil.

Apesar deste contexto, prolongado e desgastante, persistimos empenhados em dar a melhor resposta aos pedidos de ajuda em articulação com as entidades públicas e privadas, tendo em vista a autonomia daqueles que se debatem com uma situação de dependência.

O presente relatório procura espelhar o empenho dessa resposta ao longo do ano, os desafios enfrentados e os resultados alcançados constituindo-se este, igualmente, um testemunho da persistência e dedicação de todos os colaboradores, voluntários, parceiros e doadores que tornaram possível a concretização das nossas iniciativas em 2025, a quem manifestamos a nosso sincero agradecimento.

Francisco Chaves
Presidente da Direção



Visão

Ser uma organização de referência no cuidado de pessoas com problemas de dependência tendo em vista a sua autonomia.

Missão

Cativar e promover a pessoa em situação de dependência para a reconstrução de uma vida sóbria, livre e condigna, tendo os valores cristãos como padrão.

Valores

Compaixão

Estar sensíveis à realidade do outro e comprometidos com o seu bem;

Comunhão

promover e cultivar uma dinâmica relacional de inspiração e partilha;

Fé e Esperança

Agir hoje, construindo um futuro melhor, porque em Deus tudo é possível;

Serviço

Estar disponíveis para trabalhar com empenho e excelência de acordo com os recursos existentes;

Integridade

Ser a expressão fiel dos valores em que acreditamos;

Perseverança

Não desistir do outro facilmente;

Excelência

Elevar o que fazemos ao nível superior, assegurando a sustentabilidade.

Jun 7m
A
A

2 — QUEM SOMOS

2.1 Enquadramento

O Desafio Jovem nasce de uma vocação que nos move - levar esperança e promover caminhos de mudança para pessoas que vivem situações de dependência ou comportamentos aditivos. Essa vocação impele-nos a viver uma **PROXIMIDADE** diária com aqueles que se encontram em maior vulnerabilidade, inspirando-os e motivando-os para um caminho de reconstrução de uma vida digna, sóbria e saudável.

Acreditamos que a **COMUNIDADE** é o ambiente ideal para esse processo de transformação. É nela que se partilham o espaço, o tempo, o saber e a própria vida, criando relações que sustentam e fortalecem cada passo dado. Reconhecemos também que o trabalho em **PARCERIA** com comunidades cristãs, associações, entidades públicas e privadas constitui uma rede essencial para apoiar e consolidar este percurso de esperança. Um caminho que nunca se faz sozinho, onde cada pessoa e cada contributo têm valor e significado.

Vemos nas pessoas uma causa maior e mais duradoura do que nós próprios. É por elas e com elas que caminhamos.

Está legalmente constituída como Associação de Solidariedade Social desde 1981 e foi registada, definitivamente, como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) sob o nº 14/90 sendo, também, reconhecida como Instituição com fins de saúde. Articula a sua atividade com o Ministério da Saúde, através do ICAD – Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências e é reconhecida oficialmente pelos Ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Justiça. Tem a sua sede na Avenida Catarina Eufémia, 43 – 2670-708 Fanhões, concelho de Loures.

Tendo como objetivos a prevenção, reabilitação e inserção de pessoas em situação de dependência, desenvolve um conjunto de respostas integradas, nomeadamente, intervenção direta em contexto de rua, uma rede de postos de atendimento e de 1º contato, prevenção em meio escolar e contextos de vulnerabilidade social, uma comunidade terapêutica para pessoas do sexo masculino e uma para pessoas de ambos os sexos, uma comunidade de inserção e dois apartamentos de reinserção social.

Órgãos Sociais do quadriénio (2023 → 2026)

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	António Gonçalves
1.º Secretário	Madalena Henriques
2.º Secretário	Paulo Gomes

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA

Presidente	Francisco Chaves
Vice-Presidente	Leonídio Ascensão
Tesoureiro	Isaac Reis
Secretário	Jorge Morais
Vogal	Joel Oliveira

CONSELHO FISCAL

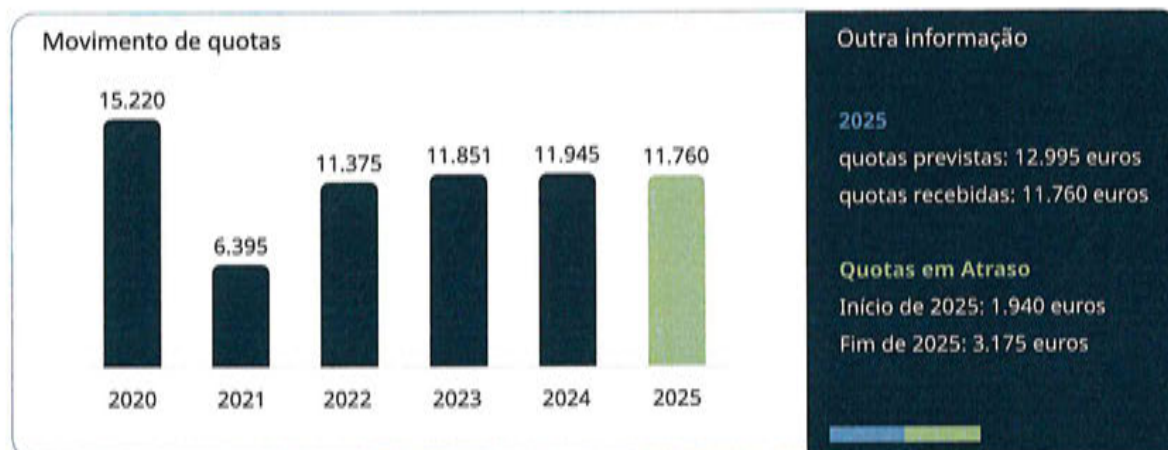
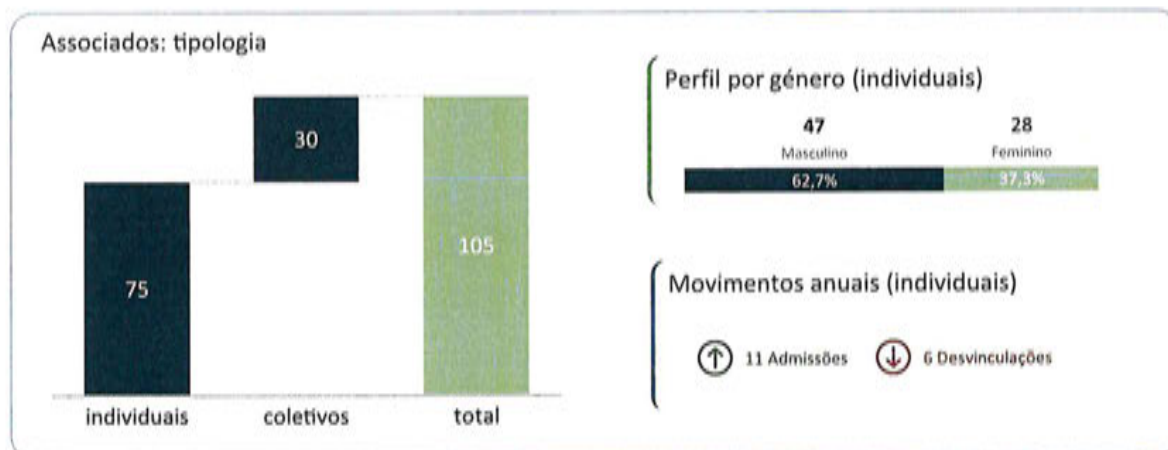
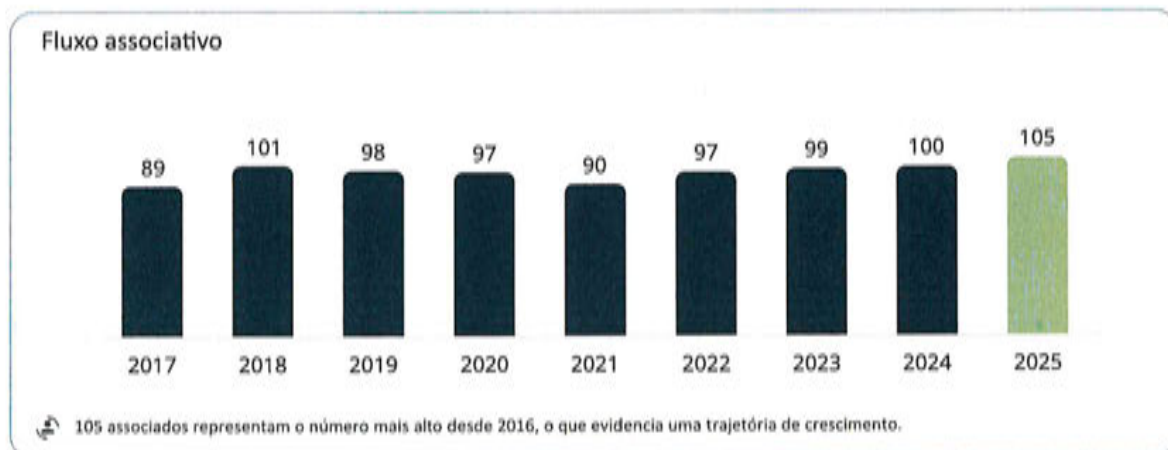
Presidente	Paulo Nunes
1.º Vogal	Paulo Cardoso
2.º Vogal	Daniel Lourenço

RELATÓRIO DE GESTÃO

Handwritten notes and signatures in the top right corner.

2.4 Associados e quotas

Relativamente ao movimento associativo, nomeadamente no respeitante ao fluxo de associados e quotas, há a relevar os seguintes aspetos e movimentos:

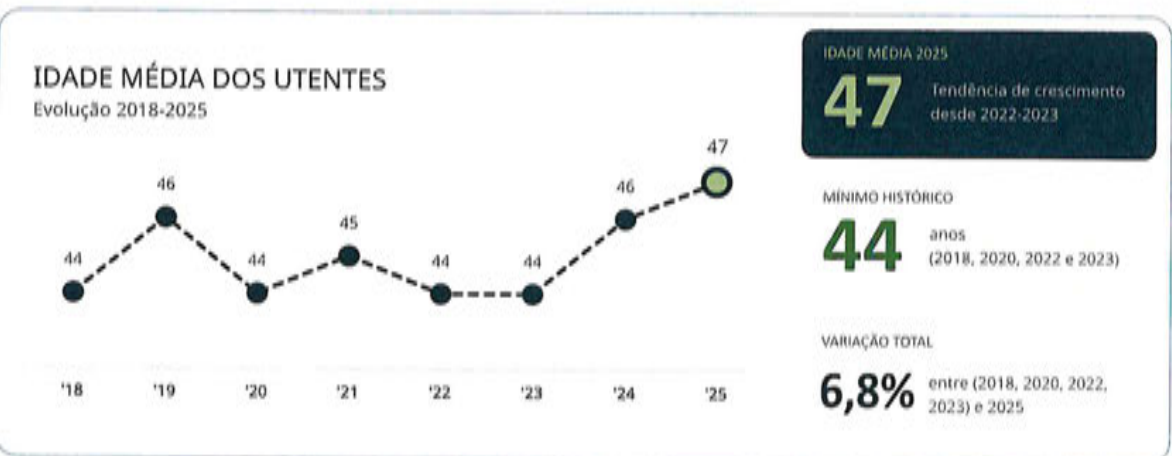
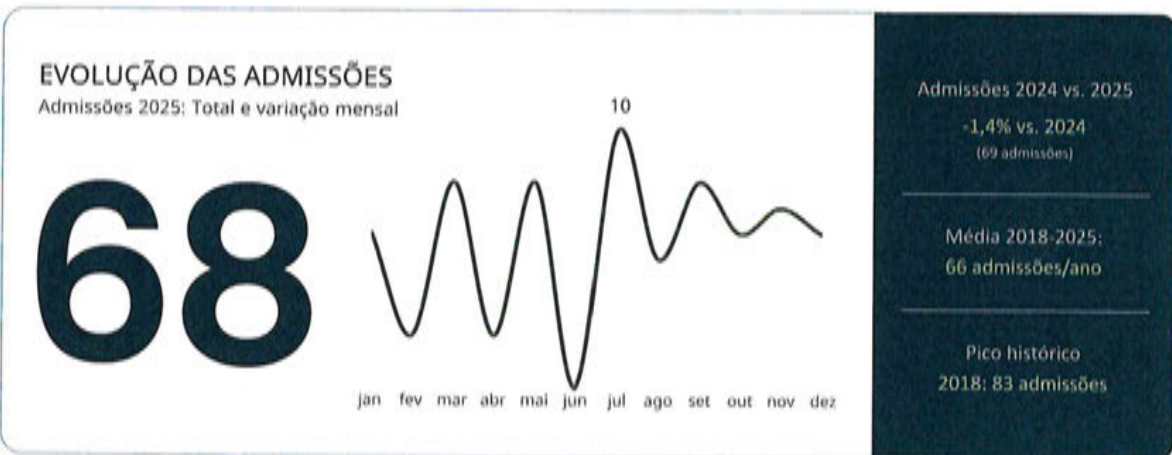
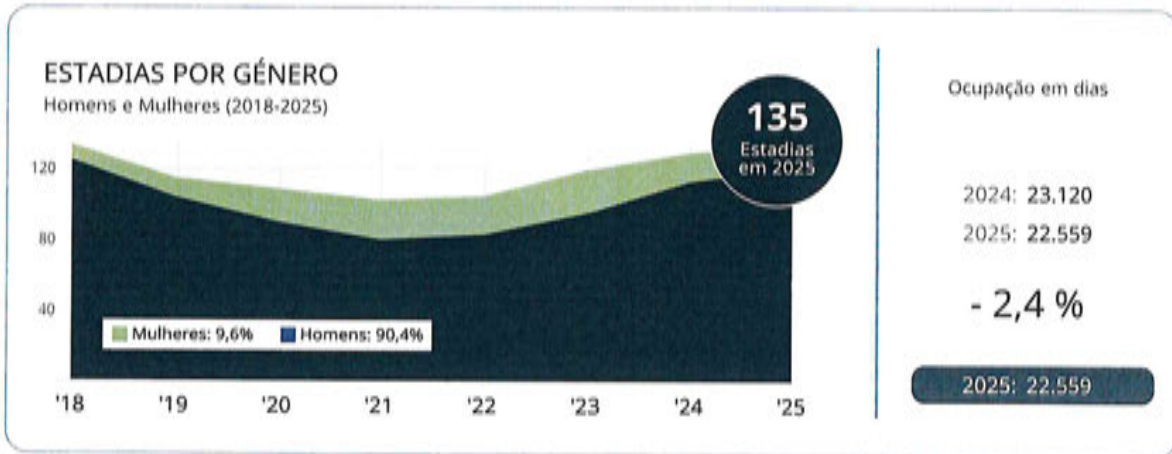


RELATÓRIO DE GESTÃO

Az.

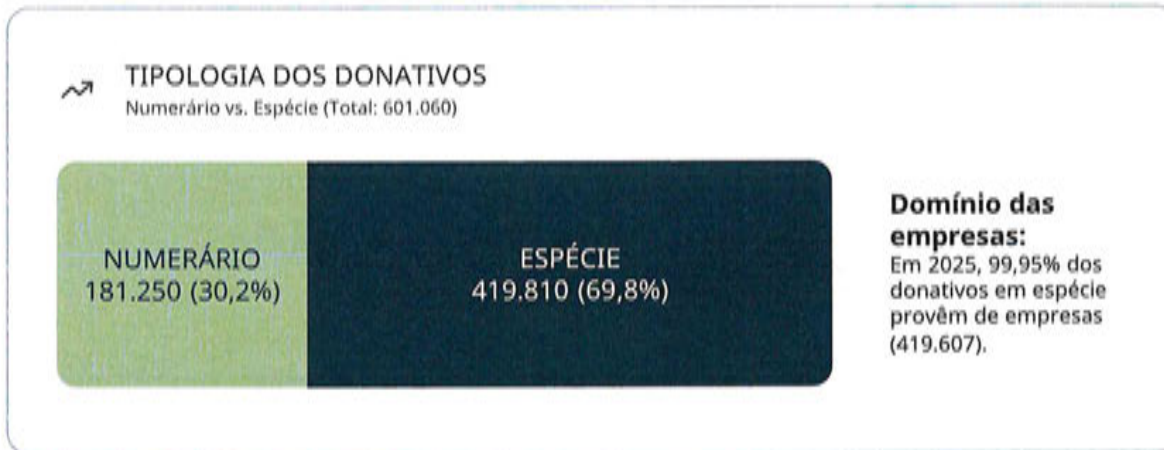
Chu
Jan/Jan
lied!

2.5 Utentes



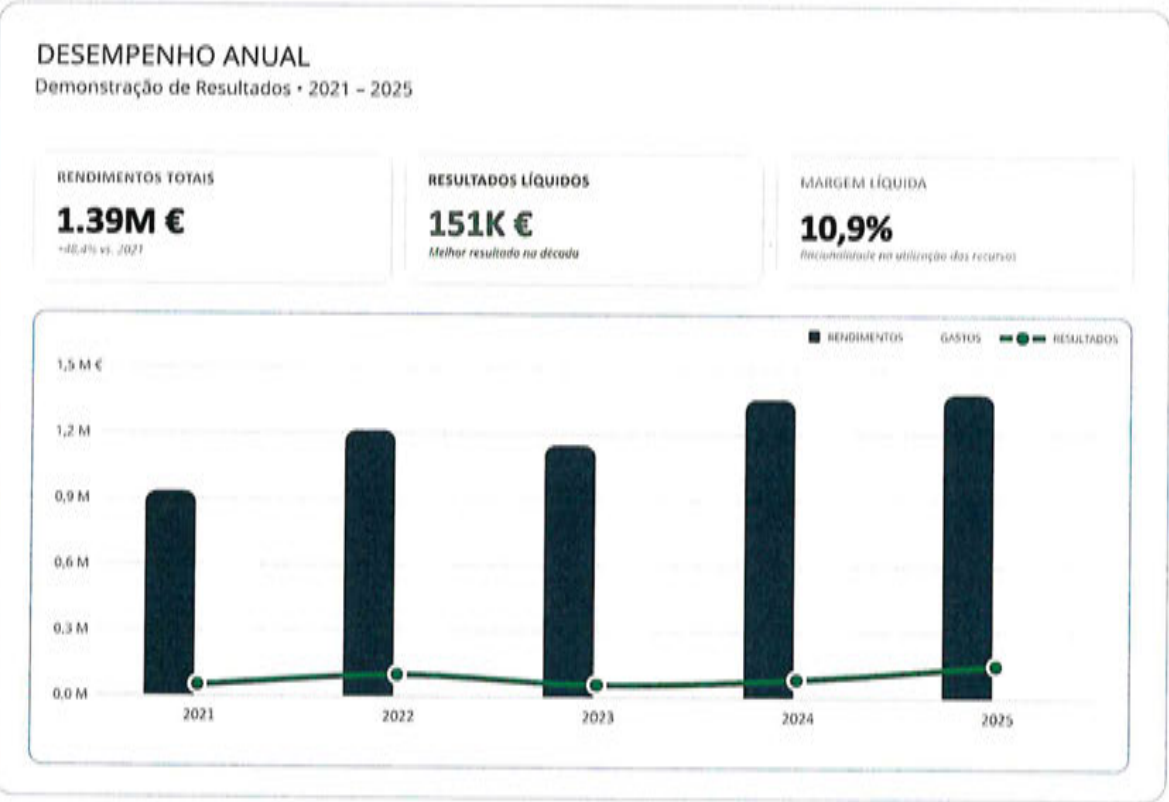
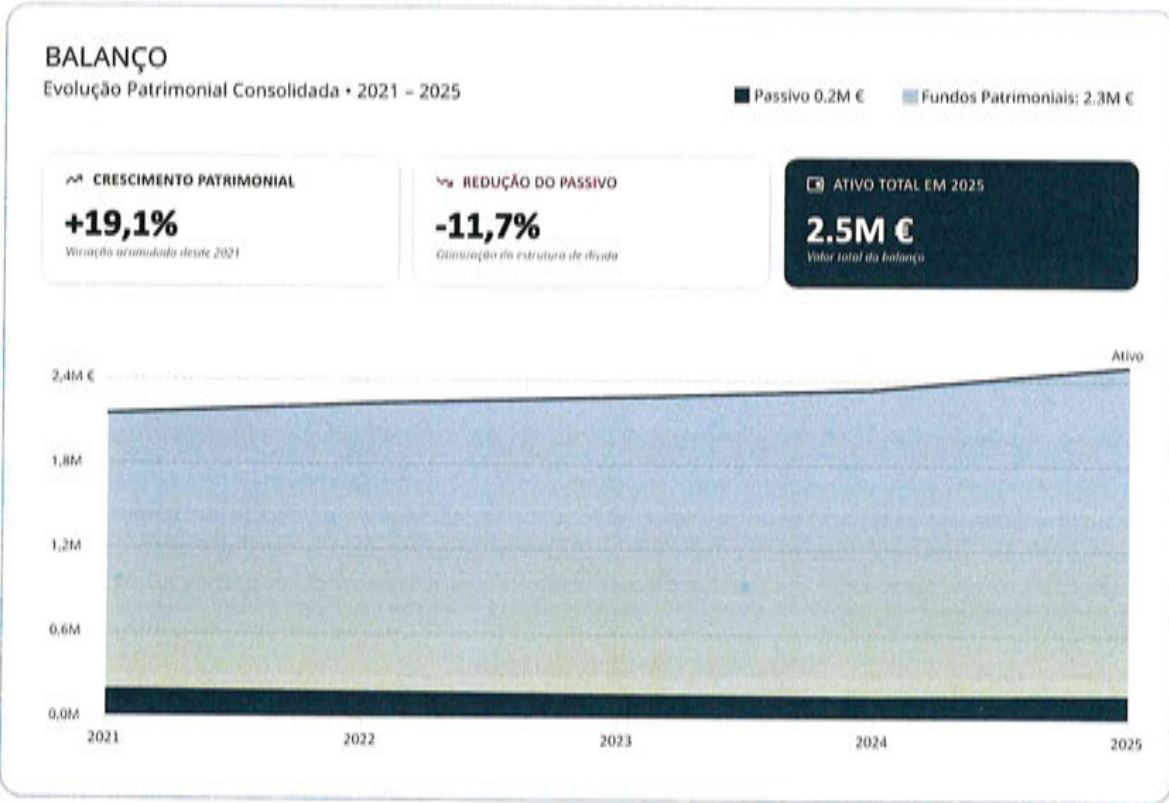
Handwritten signatures and initials in the top right corner.

2.6 Donativos



Asi
Jun 2025
11.1

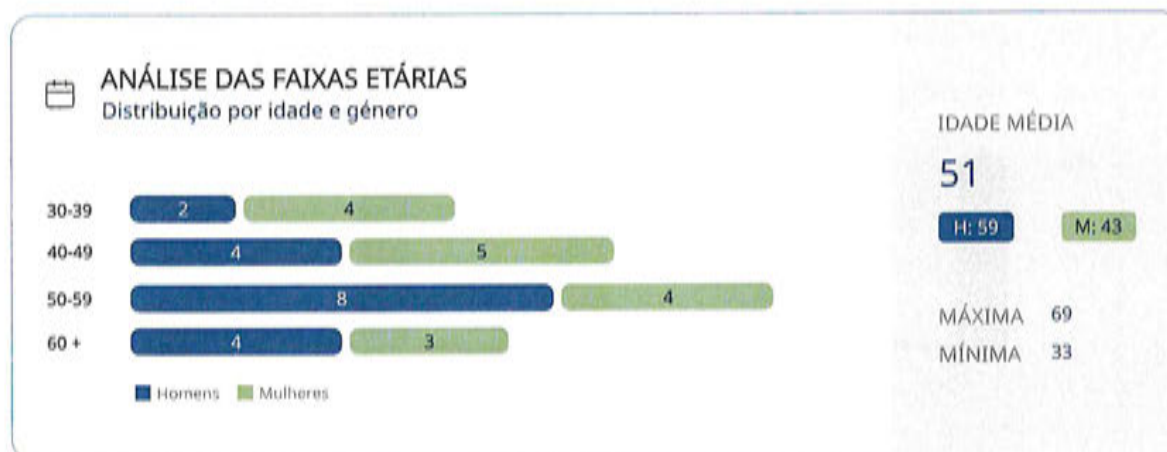
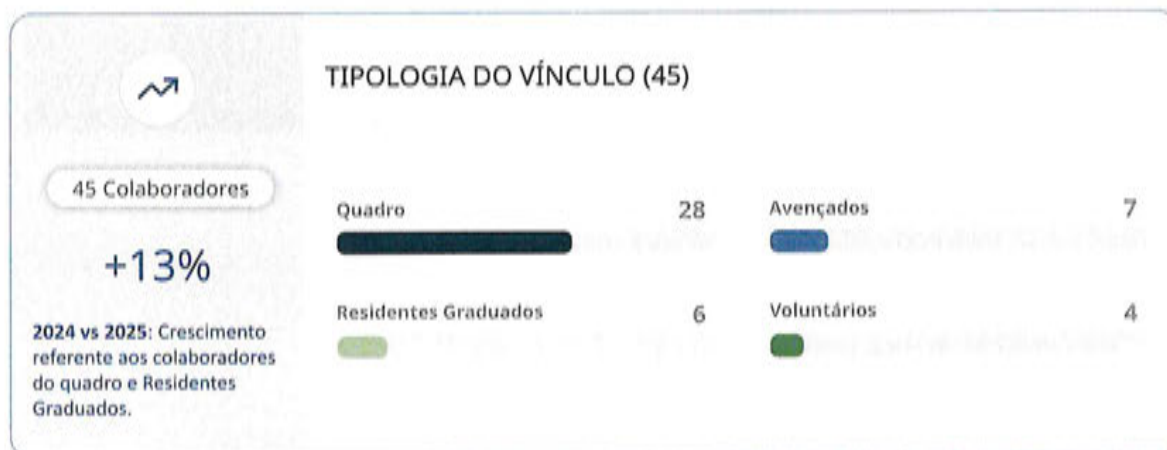
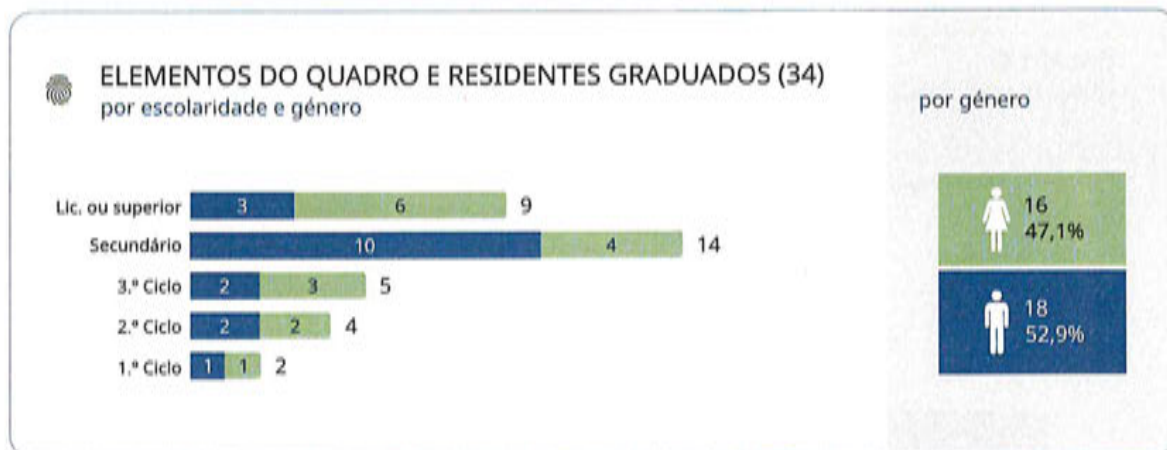
2.7 Indicadores



RELATÓRIO DE GESTÃO

Handwritten notes:
A. *Pro*
for *level*

2.8 Colaboradores



Handwritten signatures and notes in blue ink, including a large 'A' and other illegible marks.

2.9 Apoio Social

2.9.1 Apoio a famílias e organizações

No decorrer do exercício de 2025, a Desafio Jovem, contribuiu com excedentes para diversas famílias, assim como, para as organizações abaixo descritas, num montante de 49.397,75€

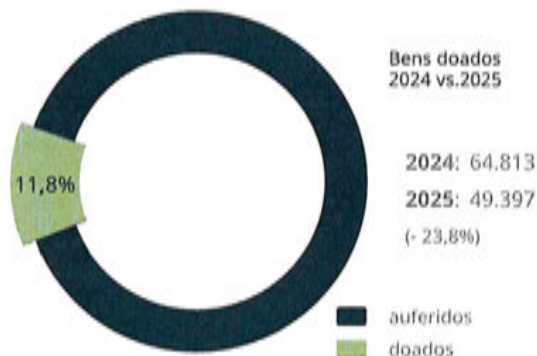
- Acras – Associação Cristã de Reinserção e Apoio Social;
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fanhões;
- Casa S. Francisco de Assis (antiga casa do Galato);
- Centro Social e Paroquial de São Saturnino de Fanhões;
- Centro Social e Paroquial São Pedro de Lousa;
- Casa da Cidade;
- Assembleia de Deus de Benfica;
- Santa Casa da Misericórdia de Salvaterra de Magos;
- Centro Paroquial de Bem Estar Social de Salvaterra de Magos;
- Centro de Bem Estar Social de Marinhas;
- Cerciaz - (Oliveira de Azeméis);
- Centro Social Convívios Fraternos (Avanca);
- Cruz Vermelha Portuguesa (Vila de Cucujães).

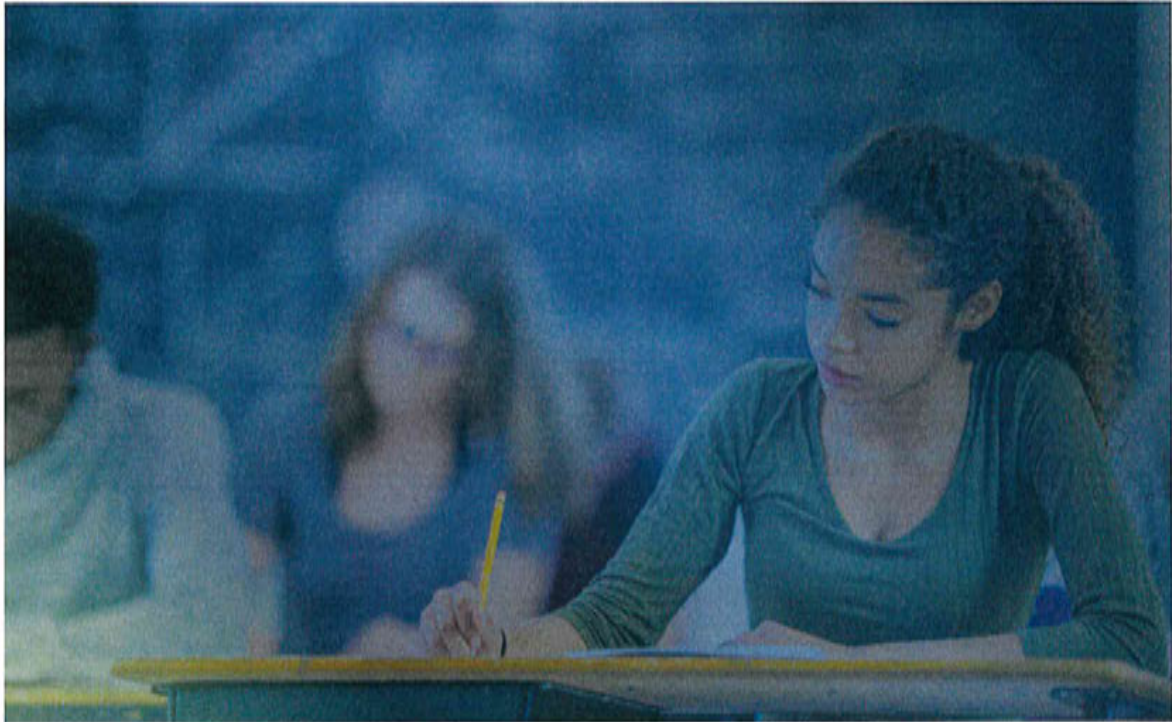
EXCEDENTES DOADOS

Informação

No âmbito da sua missão e responsabilidade social, a Desafio Jovem redireciona os excedentes alimentares que recebe, e que não consegue integrar nas suas operações regulares, para um novo ciclo de solidariedade. Estes excedentes, originalmente destinados à Desafio Jovem, são canalizados para organizações sociais parceiras e para indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Esta iniciativa, para além de responder a necessidades imediatas, visa promover a esperança, reforçar os laços de solidariedade e fomentar um espírito de comunidade.





3 — INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

Dentro do contexto vivido em 2025, mantiveram-se as ações de intervenção de âmbito comunitário, particularmente em contexto escolar, nas prisões e nos cafés convívio, com efeitos condicionados à articulação com os diferentes serviços públicos nas áreas da Educação, Justiça e Segurança Social, entre outros.

3.1 Ações Educativas

No ano de 2025, foi possível realizar algumas ações de prevenção na Escola Secundária de Benavente para um total de 33 alunos.

Igualmente, na ilha Terceira nos Açores, nomeadamente, na Escola Secundária Vitorino Nemésio, na Escola Básica dos Altares e na Escola Profissional da Praia da Vitória abrangendo um total de 360 alunos, do ensino regular e de cursos vocacionais.

3.2 Intervenção de Proximidade

A intervenção de proximidade é realizada, maioritariamente, por pessoas comprometidas com a causa da instituição e que dispõem de forma voluntária de tempo e competências diversas para o serviço em prol do outro. Estas equipas, em conjunto com técnicos de apoio social, intervêm diretamente nos espaços de

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

atendimento – Cafés-Convívio e nos Estabelecimentos Prisionais manifestando assim, de forma prática, os valores da instituição.

3.2.1 Espaços de Intervenção Direta

O Café Convívio é um local informal, que tem como objetivo promover apoio personalizado, considerando as necessidades específicas de cada pessoa que equaciona iniciar um processo de mudança de vida. É ainda um espaço que permite prestar apoio às famílias, constituindo-se uma oportunidade de orientação e promoção de Esperança. Este apoio acontece de forma regular e permite a motivação, o acompanhamento, a preparação e encaminhamento para o ingresso nas Comunidades Terapêuticas e de Inserção.



É um contexto promotor da partilha de experiências e contato direto com testemunhos reais de mudança e reconstrução de estilos de vida.

No mesmo sentido, existe uma rede de Pontos de Contato que são locais espalhados por diversas regiões do país onde, apesar de não existir instalada uma estrutura formal de atendimento, as pessoas podem ser apoiadas, acompanhadas e encaminhadas por forma a serem admitidas nas Comunidades Terapêuticas.

Esta é a sua distribuição:

3.2.1.1 Cafés-Convívio

Albufeira, Febo Moniz (Lisboa-DJ), Fogueteiro, Marvila, Olhão, City Care (Hillsong Portugal).

3.2.1.2 Pontos de Contato

Nova Aliança Igreja Cristã,

Assembleia de Deus de Benfica, Assembleia de Deus de Reguengos de Monsaraz, Associação Cristã de Apoio Social - Caminhar, Assembleia de Deus do Porto, Assembleia de Deus de Santarém, Assembleia de Deus de Gondomar e C.T. Cucujães.

3.2.1.3 Outros

Para além do acompanhamento informal prestado a esta rede, realizaram-se duas ações de formação para intervenção em Café-Convívio, na Assembleia de Deus de Olhão e na Nova Aliança Igreja Cristã.

3.2.2 Estabelecimentos Prisionais

Em 2025, a intervenção nos Estabelecimentos Prisionais (EP) de Lisboa, Vale de Judeus e Alcoentre manteve o seu carácter semanal, acompanhando uma média de 42 pessoas por semana nesses locais. Para além desta intervenção, foram atendidas as solicitações de apoio de vários reclusos, mas por via telefónica. Como resultado dessa intervenção, cinco pessoas foram acolhidas em licença precária em diversas ocasiões, das quais três foram integradas nos programas da instituição.

Apesar das várias solicitações, a expansão da intervenção a outros EP's continua a ser inviável devido à escassez de recursos humanos.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

4 — TRATAMENTO

Situadas nas localidades de Salvaterra de Magos e Vila de Cucujães, as Comunidades Terapêuticas do Desafio Jovem são os espaços onde se desenvolvem os programas de reabilitação, em regime de internamento, seguindo um modelo bio-psico-social-espiritual. Estes programas distribuem-se em: Programa Geral, Programa Específico de Álcool e Programa de Longa Duração.

A Comunidade de Cucujães recebe homens e mulheres e tem uma capacidade para 25 utentes, sendo 20 dessas camas protocoladas com o ICAD.

A Comunidade de Salvaterra de Magos, recebe homens e tem uma capacidade para 26 utentes, com 21 camas protocoladas com o ICAD.

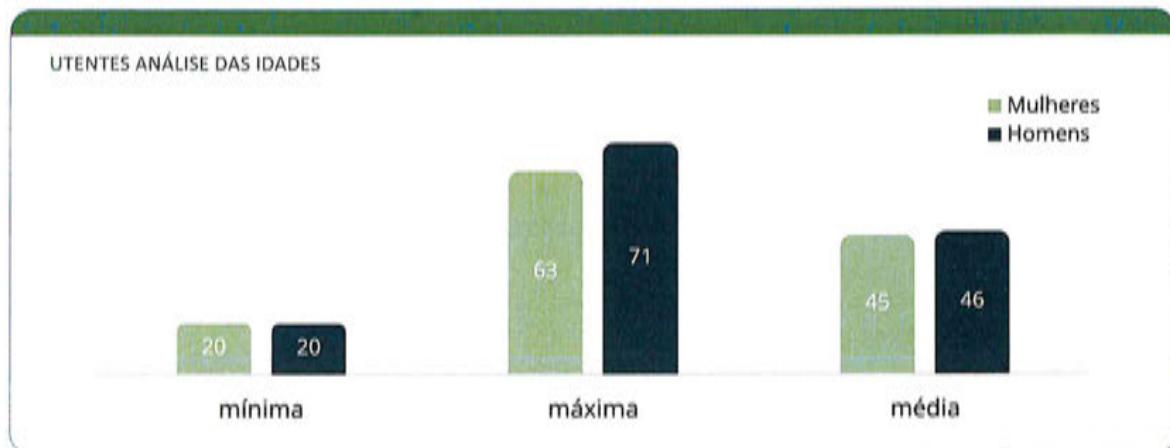
4.1 Utentes

De um total de 89 utentes abrangidos pela intervenção das Comunidades Terapêuticas, 40 transitaram do ano anterior e 49 foram admitidos durante o decorrer deste ano. Da população total abrangida, 82 indivíduos eram do sexo masculino e 7 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 20 e os 71 anos, sendo que a média de idades se situou nos 45 anos. As idades que mais frequentemente se verificaram foram 46, 53 e os 56 anos.

Do universo de utentes apoiados e relativamente ao seu estado civil, salientamos que apenas 12% são casados ou vivem em união de facto, 55% são solteiros, 29% são separados ou divorciados e 4% viúvos. Também registámos que 31 utentes se apresentavam na condição de sem-abrigo ou em habitações precárias na altura da sua admissão.

Um outro aspeto a realçar é o longo percurso (superior a 15 anos) de consumos abusivos de substâncias psicoativas, que parte significativa dos utentes apresenta. Também é de sublinhar que 40% dos nossos utentes apresentavam, no momento da sua admissão, o consumo de álcool como o problema aditivo principal, seguindo-se 31 % com consumos de cocaína e 21% com consumos de heroína.





Relativamente às habilitações literárias destes utentes é de referir que a maioria possui escolaridade ao nível do Ensino Básico. Do universo dos utentes admitidos no ano em análise, em 61% dos casos encontravam-se em situação de desemprego. Dos restantes, 16 utentes têm trabalhos estáveis, 3 são reformados.

Este ano as admissões ocorreram: 17 por solicitação de Cafés Convívio e Pontos de Contato de todo o país, enquanto os restantes foram admitidos por encaminhamento das Equipas de Tratamento (11), Instâncias Judiciais (4), Unidade de Saúde e IPSS's(1), ou até contato direto (16) com o Desafio Jovem. Em todos estes casos estavam reunidos todos os requisitos para admissão nesta resposta, conforme os respetivos Regulamentos Internos em vigor.

Relativamente às saídas verificadas em Comunidade Terapêutica durante este ano, dos 48 utentes que saíram, cerca de 35% concluíram com sucesso o programa terapêutico (sendo que 10 destes utentes foram admitidos na Comunidade de Inserção após a alta clínica) e 65% saíram antes do tempo de tratamento inicialmente previsto, por motivos de abandono, fuga ou expulsão.

4.2 Os principais encaminhamentos distribuíram-se da seguinte forma:

Comunidade de Inserção: Com o objetivo específico de, em situações de exclusão ou vulnerabilidade social, consolidar as competências adquiridas no tratamento e desenvolver a sua autonomização social, com apoio técnico especializado.

Unidades de Saúde: Inscrição em Centro de Saúde da área (quando ainda não existe) e em Unidades Hospitalares para seguimento em consultas de especialidade.

Unidades de referência: Encaminhamento dos utentes para as Equipas de Tratamento de origem, para acompanhamento especializado após alta do programa terapêutico.

Instituto de Solidariedade e Segurança Social: Para efeitos de subsídios específicos, em casos que se avaliou ser necessário.

Handwritten notes and signatures in the top right corner.

Família: Ascendentes e irmãos, família constituída antes do internamento ou família constituída após a alta.

Comunidade: Incentivo para integração dos utentes em comunidades evangélicas locais, nossas parceiras informais, com o objetivo de facilitar a reconstrução e/ou construção de relações apropriadas. Também formam feitas sinalizações e articulação com instituições locais, como centros de dia, para que o utente após alta terapêutica, possa ter apoio na sua integração social.

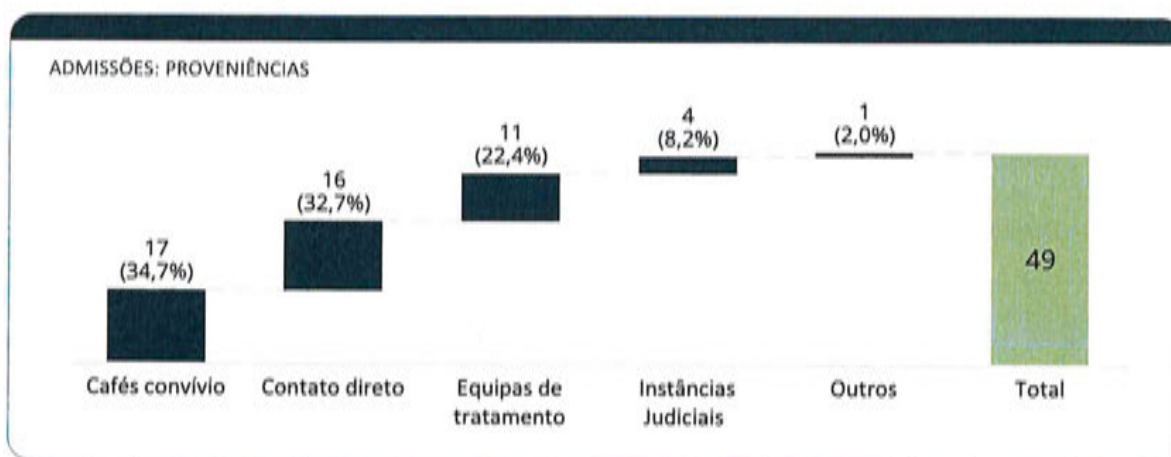
Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais: Para as situações em que os utentes estão a ser acompanhados por esta instância judicial, por questões judiciais.

O acompanhamento prestado às famílias, verificou-se eficaz sempre que as mesmas se revelaram colaborantes quanto às iniciativas propostas: visitas, devidamente planeadas, ao utente na Comunidade Terapêutica a partir da 2ª fase do programa, terapia familiar, aconselhamento.

4.3 Recursos Humanos

O quadro de recursos humanos afetos à área do tratamento é composto pelos seguintes elementos:

- Psicólogos;
- Assistente Social;
- Médico de Clínica Geral;
- Psiquiatras;
- Coordenadores de Comunidade;
- Monitores/Conselheiros;
- Administrativos;



RELATÓRIO DE GESTÃO

Handwritten signatures and notes in the top right corner.

- Cozinheiras;
- Lavadeiras;
- Pessoal não Especializado.

4.4 Parcerias

A principal parceria formal estabelecida é com o ICAD, através de convenções celebradas para as Comunidades Terapêuticas e cujos contributos se revelam ao nível de:

- Processamento da admissão de utentes;
- Comparticipação nos encargos financeiros;
- Tratamento estatístico de dados.

Informalmente, contaram-se ainda com as parcerias estabelecidas com diversas comunidades locais, evangélicas ou não, que integraram os nossos utentes objetivando consolidar a sua inserção na sociedade.

É igualmente fundamental, a nossa parceria com o Centro Bíblico de Esmoriz, sem a qual não seria possível proporcionar uma semana de férias na praia aos nossos utentes. A cedência das suas instalações permite-nos instalar a equipa e os utentes das duas Comunidades Terapêuticas e levá-los a usufruir de momentos de descontração e boa disposição.

No que respeita à sua sustentação económica, importa relevar os apoios, de géneros alimentares e outros, efetivados regularmente por parceiros como o Grupo Sonae; Nanta Portugal SA e de forma pontual outras empresas.

4.5 Atividades

No ano 2025 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Acolhimento, alimentação e cuidados de higiene;
- Rotinas diárias de Comunidade, desempenhadas pelos utentes e equipa



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Ph.', 'Jan', and 'Luel'.

de trabalho;

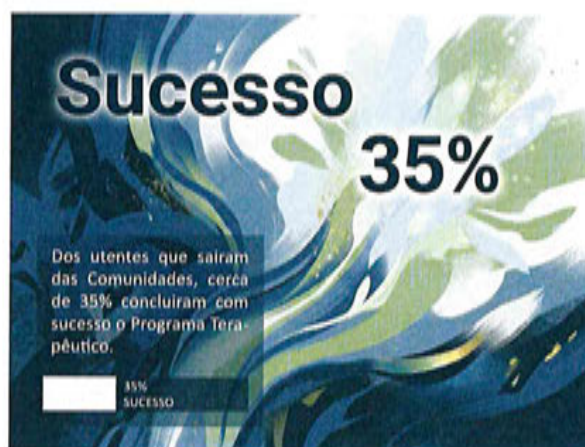
- Aconselhamento individual, efetuado pelos monitores/conselheiro;
- Atividades psicoterapêuticas compostas por atendimentos psicológicos, psiquiátricos e médicos efetuados pelo Corpo Técnico da Instituição;
- Atividades psicoeducativas, nomeadamente, sobre tabagismo e alcoolismo, dinâmicas de grupo e treino de competências emocionais;
- Atividades Académicas, com aplicação do currículo específico para a população em reabilitação "Saber Viver";
- Estudos individuais;
- Atividades ocupacionais, nas áreas de cozinha, jardinagem e Manutenção Geral;
- Reuniões diárias/semanais de reflexão;
- Atividades de Lazer e Desporto (ginásio, caminhadas, futebol, visualização de filmes e jogos de futebol, idas à praia, jogos diversos);
- Reuniões ocasionais, em que são convidados os familiares e membros da rede de suporte dos utentes em programa;
- Retiro nacional de utentes.

Em consonância com os objetivos da Instituição - proporcionar um programa de reabilitação, com internamento em comunidade terapêutica, seguindo o método praticado pelo Teen Challenge Internacional e modelo bio-psico-social e espiritual – foram realizadas todas as atividades previstas.

4.6 Dificuldades sentidas

Apesar das recorrentes dificuldades nos primeiros atendimentos na rede de referência (ET's), no ano de 2025, foi possível alcançar uma articulação razoavelmente fluida, quanto aos processos de encaminhamento e admissão.

Persiste a degradação contínua das condições sociais das pessoas em situação de dependência, sobretudo entre indivíduos mais velhos, sem suporte familiar e com doenças associadas, tanto



Handwritten notes and signatures in the top right corner.

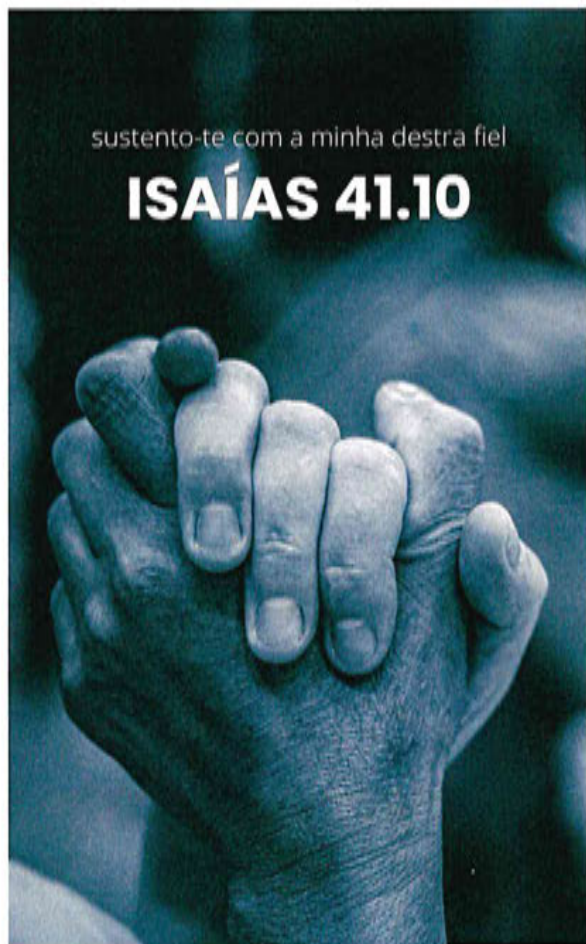
físicas como mentais. A situação torna-se ainda mais crítica devido à ausência de respostas adequadas no país para este grupo, que não reúne idade para ingressar em Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (Lares), mas que, simultaneamente, enfrenta grandes dificuldades para se integrar no mercado de trabalho.

Apesar dos esforços para diversificar as atividades de apoio e ajustar as estratégias terapêuticas, persistem dificuldades significativas no encaminhamento e na inserção de muitos residentes. O desafio é ainda maior para aqueles sem rede familiar ou social, com baixa escolaridade e qualificação profissional, idade avançada e condições físicas ou psicológicas fragilizadas.

A estes desafios junta-se uma pressão financeira que não para de crescer. Utentes mais debilitados, mais dependentes, com quadros clínicos cada vez mais complexos — tudo isto exige mais recursos humanos e materiais. A atualização das convenções, em abril de 2025, não acompanhou adequadamente esta realidade e os valores pagos continuam abaixo dos custos reais, e é a instituição que tem de assumir a diferença.

4.7 Avaliação geral

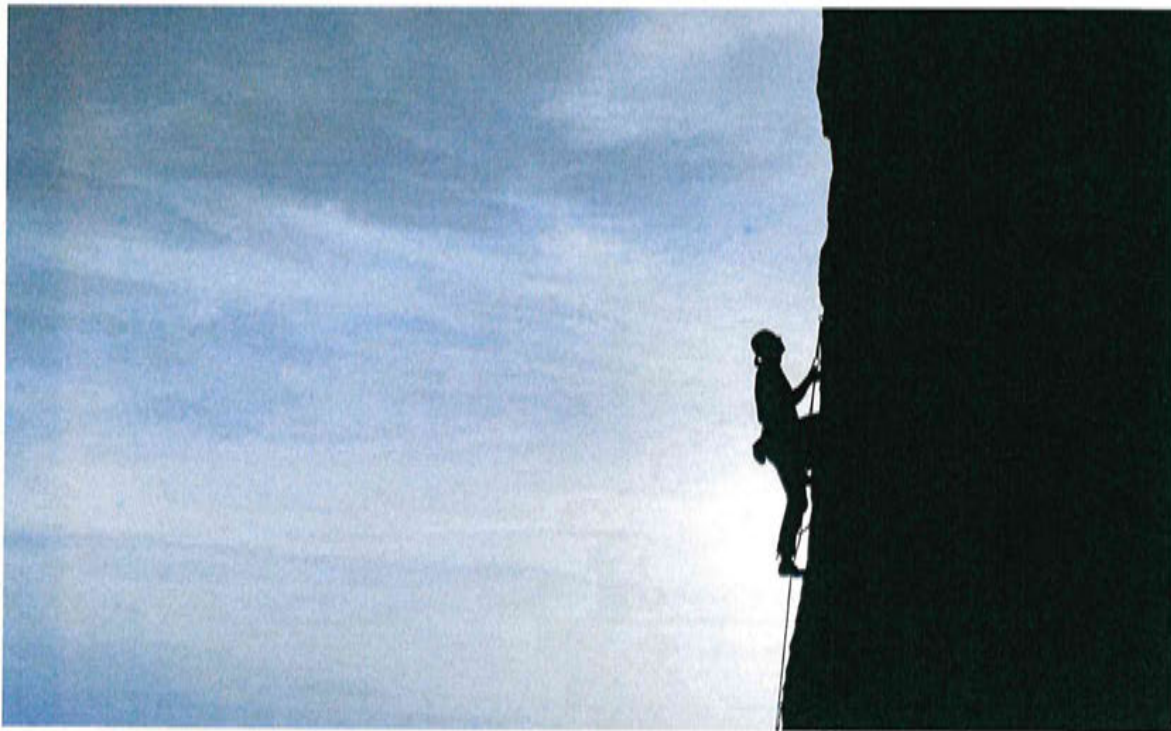
Desde a sua génese, em 1978, a Desafio Jovem tem ampliado a sua experiência nos diversos domínios dos comportamentos aditivos e das dependências. Ao longo dos anos, tem procurado responder à constante evolução desse fenómeno e às exigências de adaptação, mantendo-se fiel à sua Missão e Visão, alicerçado nos seus valores e na convicção de que as respostas que desenvolve são cada vez mais indispensáveis no tratamento e reinserção de pessoas em situação de dependência.



As condicionantes dos últimos anos, inclusive económicas, embora desafiantes, não comprometem a relevância e a eficácia do trabalho desenvolvido em comunidade, cujos resultados são visíveis tanto na transformação das pessoas quanto no impacto social gerado. Além disso, este modelo tem-se revelado uma poderosa ferramenta na transformação de beneficiários crónicos em cidadãos ativos e contribuintes para a sociedade.

Assim, todos os colaboradores, voluntários e a administração do Desafio Jovem mantêm-se empenhados e comprometidos com cada indivíduo que integra o programa terapêutico, apoiando-o ao longo do seu processo de recuperação e reintegração social.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a signature and the word "Luz".



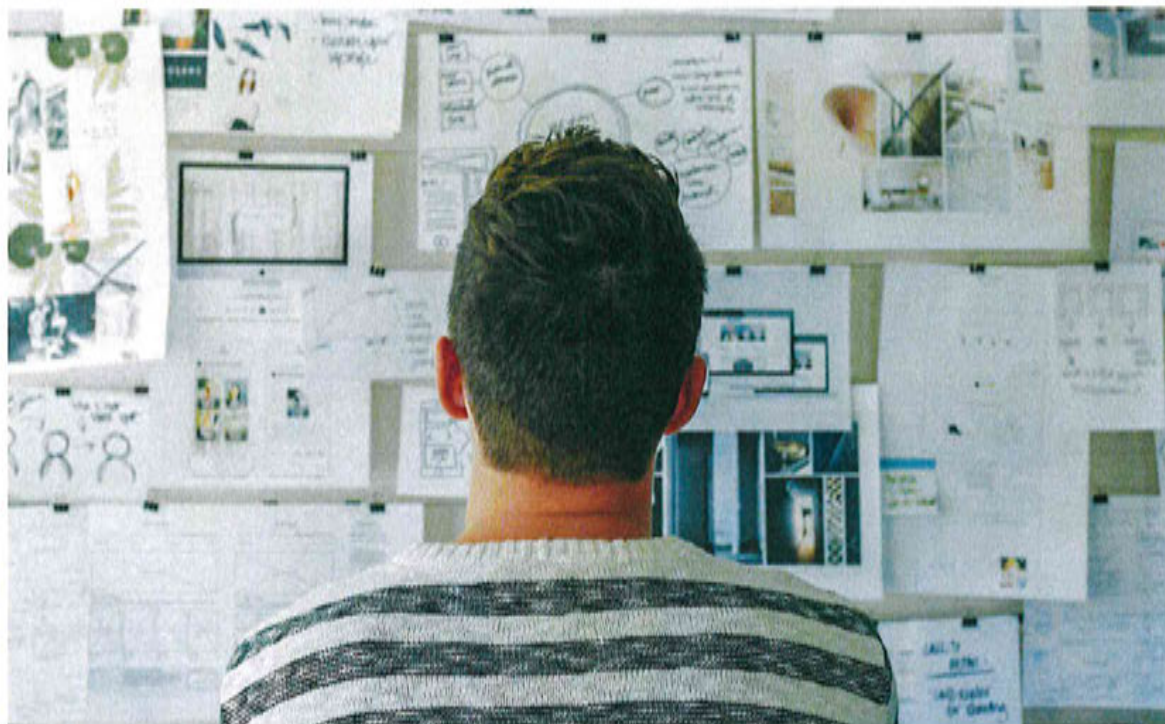
4.8 Outras Considerações

Durante o ano de 2025, asseguraram-se as intervenções terapêuticas previamente determinadas, procurando amenizar as barreiras motivacionais sentidas pelas pessoas que consideram aderir e cumprir um programa terapêutico com as características do nosso, mas sem comprometer os seus objetivos.

Mantêm-se a obrigatoriedade, imposta pela entidade que nos tutela, de alcançar as seguintes metas:

- Preenchimento de questionários individuais de admissão e saída;
- A proporção anual das altas clínicas terá de ser igual ou superior a 36 % das saídas;
- No final do ano civil, responder a questionários individuais de avaliação de pelo menos 90% das altas clínicas e de 40% das altas não clínicas dos que saíram nesse ano;
- Responder a questionários individuais de avaliação ao fim de três anos de pelo menos 75% dos utentes com alta clínica e de 35% dos utentes sem alta clínica;
- O sucesso do final do ano dos utentes com alta clínica define-se considerando a integração profissional/formação, em 65% dos casos (ou mais) e abstinência das substâncias que motivaram o internamento em 75% dos casos (ou mais);
- O sucesso no final de três anos dos utentes com alta clínica define-se considerando a integração profissional/formação em 65% dos casos (ou mais), e abstinência das substâncias que motivaram o internamento em 70% dos casos (ou mais).

Handwritten signatures and notes in the top right corner.



5 — INSERÇÃO

5.1 Comunidade de Inserção

Situada na Av. Catarina Eufémia, nº 43, em Fanhões, Concelho de Loures, a Comunidade de Inserção, com capacidade para 25 pessoas, funciona em regime de residência aberta. Tem como objetivo ser a resposta para pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, que necessitem de apoio na sua integração social, profissional e familiar. Existe também para todos os que terminem o programa de reabilitação da instituição e demonstrem necessidade de auxílio para a sua reinserção.

5.1.1 Utentes

No âmbito da intervenção na Comunidade de Inserção de Fanhões, residiram durante o ano em análise um



RELATÓRIO DE GESTÃO

Handwritten signatures and initials in blue ink.

total de 41 utentes, distribuindo-se da seguinte forma: 24 transitaram do ano anterior e 17 foram admitidos no decorrer do ano. Deste universo, 6 eram do sexo feminino e os restantes do sexo masculino. Com idades compreendidas entre os 21 e os 66 anos a sua média etária situou-se nos 52 anos. A idade que mais frequentemente se verificou foram os 56 anos.



SEGURANÇA SOCIAL

Com relação às habilitações literárias destes utentes, é de referir que a maioria possui escolaridade que se situa ao nível do Ensino Básico (1º, 2º e 3º ciclos), sendo que 11 possuem escolaridade de nível Secundário, 4 possuem frequência de Ensino Superior e 4 têm Grau Universitário.

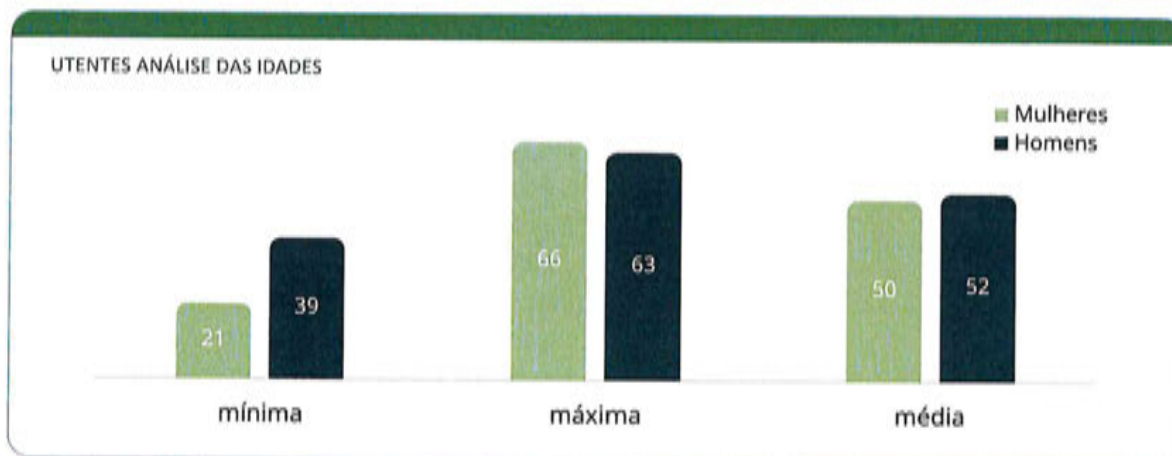
Dos utentes apoiados e no que à situação profissional diz respeito, pudemos constatar que todos (à exceção de uma pessoa), no momento da sua admissão se encontravam desempregados. Destes, 56% eram situações de desemprego de longa duração (superior a 1 ano). Durante a sua permanência nesta resposta foi possível ajudar 23 utentes a encontrar trabalho, sendo que 19 estavam inseridos profissionalmente no final do ano 2025.

Dos utentes admitidos neste ano, 10 foram-no por solicitação das Comunidades Terapêuticas do Desafio Jovem, especificamente para os utentes que concluíram com sucesso o respetivo Programa de Reabilitação e que também reuniam os requisitos para admissão neste equipamento de acordo com os respetivos Regulamentos Internos.

Os restantes utentes foram admitidos por solicitação/encaminhamento:

- Direta dos próprios ou de familiares: 4 situações;
- De outras IPSS's: 2 situações;
- De Estruturas de Saúde: 1 situação.

Relativamente às saídas verificadas da Comunidade de Inserção, dos 22 utentes que tiveram alta, 9 saíram



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a signature and the number 4721.

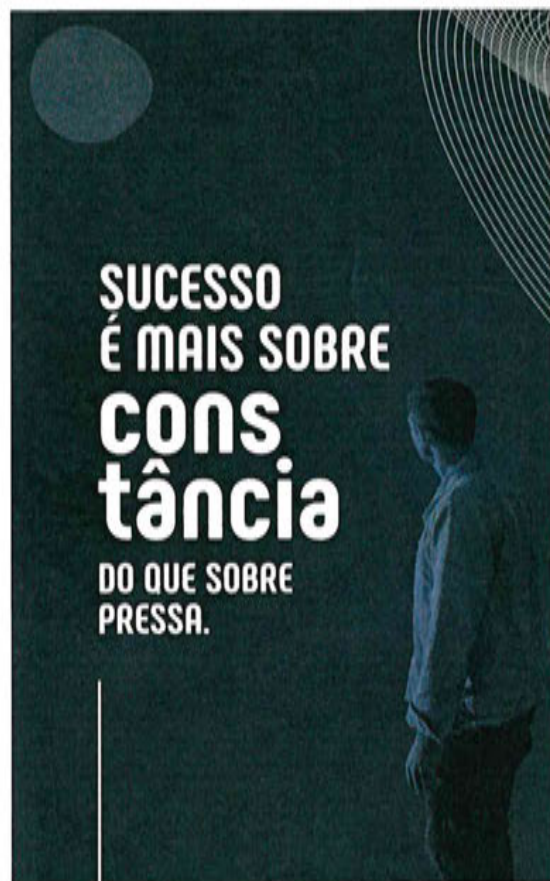
não concluindo o projeto de inserção previamente delineado pelo próprio e respetiva equipa técnica: 1 faleceu; 4 porque abandonaram o programa e 4 foram expulsos, por incumprimento das regras (por exemplo: consumo de substâncias psicoativas). Os restantes 13 utentes, prosseguiram o seu processo de autonomização, após alta programada da Comunidade de Inserção, em diferentes contextos: 3 foram novamente integrados na família, 1 foi para Apartamento de Reinserção Social; 9 autonomizaram-se, encontrando quartos para onde foram residir.

5.1.2 Os principais encaminhamentos foram para as seguintes entidades:

Centro de Emprego e Formação Profissional: A maioria dos utentes foi encaminhada para esta entidade, com dois objetivos: como forma de facilitar o seu processo de integração/reintegração em meio laboral, pilar fundamental na sua integração e, também para formação profissional, para obtenção de maior qualificação profissional através dos cursos de formação organizados por esta entidade.

Neste âmbito está incluído o encaminhamento/articulação com outras entidades formadoras, com formações certificadas, em que 1 dos nossos residentes recebeu formação adequada às suas necessidades.

Também, 3 utentes foram referenciados para a Associação Cais, que desenvolve o projeto Incorpora e faz a intermediação laboral entre as empresas e os perfis das pessoas que acompanha. O programa consiste em acompanhar, capacitar e encaminhar para as empresas os utentes que apresentam dificuldades na sua integração profissional.



Unidades de Saúde: Inscrição de todos os utentes em Centro de Saúde da área e em situações de utentes com problemas de saúde, encaminhamento e garantia de seguimento regular em consultas da especialidade em unidade hospitalar.

Entidades Empregadoras: Após contato direto da equipa da Comunidade de Inserção foram integrados em meio laboral 10 utentes.

Comunidade local: A totalidade dos utentes foi encaminhada para comunidades evangélicas locais, nossas parceiras informais, com o objetivo de lhes facilitar a reconstrução e/ou construção de relações de proximidade apropriadas com o exterior. Temos constatado, através da experiência da nossa intervenção, que as mesmas funcionam em muitas situações como a única rede de suporte social, sendo alguns dos seus membros elementos fundamentais e de referência no processo de integração social dos

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

nossos utentes.

Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais: Para as situações em que os utentes estão a ser acompanhados por esta instância judicial, por questões judiciais. No ano em análise foi feita a articulação com este serviço em 3 processos.

No que diz respeito à inserção sociocomunitária dos utentes integrados nesta resposta, importa referir a vital importância que, no nosso entender, desempenham as comunidades evangélicas locais quanto à diversidade de atividades disponíveis, em que os mesmos são motivados a participar. As atividades podem passar por saídas organizadas para grupos específicos, concertos, jantares, festas (atividades pontuais), passando por reuniões e pequenos grupos de reflexão e partilha semanais, incluindo a sua participação em trabalho social. Estas comunidades funcionam como rede de suporte para muitos dos nossos utentes, em especial os que se encontram em situação de isolamento social.

O primeiro ponto a destacar na caracterização sociofamiliar dos nossos utentes, refere-se ao fato de todos se encontrarem em situação de exclusão ou vulnerabilidade social. Entre a multiplicidade de fatores que contribuem para esta exclusão, verificámos com maior incidência os seguintes:

- Em 85% encontrou-se um percurso de consumos abusivos de substâncias psicoativas tais como opiáceos, cocaína, cannabis, álcool, entre outras;
- Em 73% dos casos dos utentes, não existe nenhuma estrutura habitacional de recurso;
- Em 15 utentes verifica-se a existência de um percurso de vivência nas ruas (sem abrigo);
- Em 17 situações, pudemos constatar a ausência de uma rede de suporte de apoio familiar e em alguns utentes, concretamente, verificaram-se 13 ocorrências de isolamento social, ou seja, indivíduos sem qualquer laço afetivo de referência ou com laços muito fragilizados;
- Em 16 destes casos, as famílias de origem dos utentes caracterizam-se por situações de grandes carências económicas, de disfunção familiar, violência doméstica, problemas de dependências várias;
- Em 20 situações, constataram-se simultaneamente, a ausência de recursos pessoais (limitações cognitivas, problemas do foro psiquiátrico e/ou de saúde) e logísticos, para construir ou consolidar projetos pessoais, familiares ou profissionais.

O acompanhamento prestado às famílias foi eficaz, sempre que as mesmas se revelaram colaborantes quanto às iniciativas propostas: visitas ao utente na Comunidade, terapia familiar, aconselhamento.

5.1.3 Recursos Humanos

O quadro de recursos humanos afeto à valência de Comunidade de Inserção de Fanhões é composto pelos

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AF', 'Jorge', and 'Muel'.



seguintes elementos:

- 1 Assistente Social que desempenha as funções de Diretora Técnica;
- 2 Psicólogas Clínicas que desempenham as funções de Psicólogas;
- 1 Chefe de Serviços Gerais que desempenha as funções de Coordenador da Comunidade;
- 2 Ajudantes de Ação Direta que desempenham as funções de Monitores/ Conselheiros;
- 2 Auxiliares de Serviços Gerais que desempenham funções de, respetivamente, coordenação e auxílio nas atividades diárias;
- 1 Administrativo;
- 1 Cozinheiro;
- 1 Lavadeira.

Em complemento ao trabalho efetuado pela equipa técnica a Instituição disponibiliza ainda, sempre que se considere necessário, os serviços de:

- 1 Psiquiatra;
- 1 Clínico Geral.

5.1.4 Parcerias

A principal parceria formal estabelecida é com o Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa, através de acordo de cooperação, cujos contributos se revelam ao nível de:

- Comparticipação nos encargos financeiros;
- Supervisão e apoio nos aspetos técnicos ligados ao funcionamento do equipamento.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

De forma informal existe parceria estabelecida com as comunidades evangélicas locais que integram os nossos utentes, no sentido de alicerçar a sua inserção na sociedade.

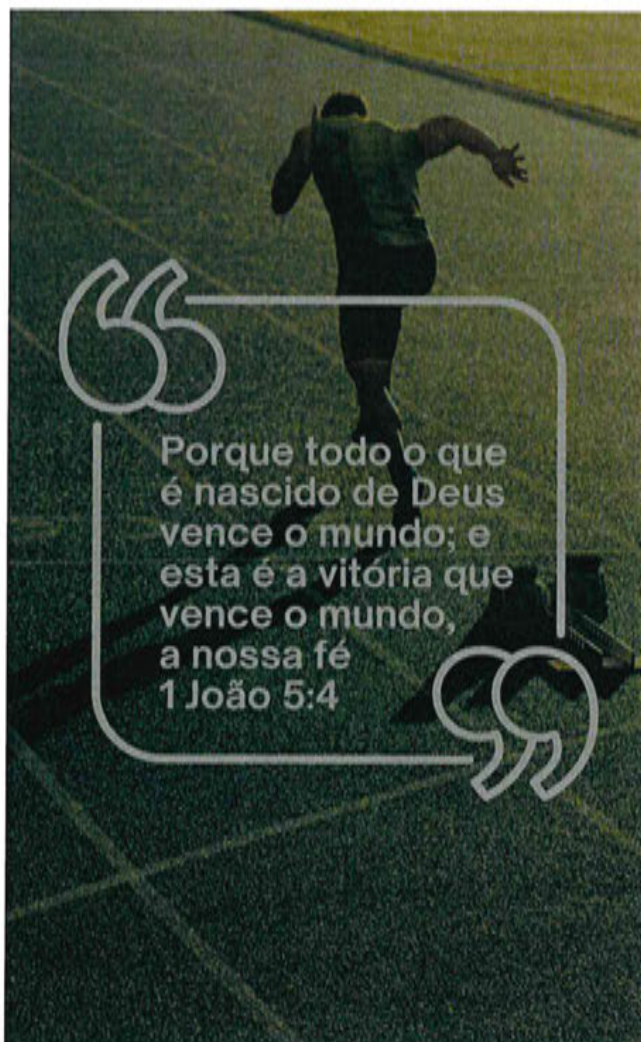
No que respeita à sua sustentação económica, importa relevar os apoios, de géneros alimentares e outros, efetivados regularmente por parceiros como Grupo Sonae; Pingo-Doce - Distribuição Alimentar SA; Gelpeixe; A Tremeçoira Lda.; Chico das Cebolas Lda.; Masterfruits – Comércio de Frutas Lda.; Horta das Telheiras Charutaria Lda; CAC II; António Fernandes Martins, Lda; HonestOcean Unipessoal Lda; Bidfood Portugal SA, Eurobanan e Sabores da Ladeira. Também outras empresas de forma pontual.

Mantemos também parcerias estratégicas e frutíferas com a Câmara Municipal de Loures e a Junta de Freguesia de Fanhões. Estas entidades são parceiros institucionais cruciais com as quais estabelecemos uma colaboração pontual e significativa, sobretudo na concretização de ações e projetos que se enquadram diretamente nas suas responsabilidades sociais e no apoio à comunidade local.

5.1.5 Atividades

No ano 2025 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Acolhimento, alimentação e cuidados de higiene;
- Rotinas diárias da Comunidade, desempenhadas pelos utentes e equipa de trabalho;
- Aconselhamento individual, efetuado pelos monitores/conselheiros;
- Atividades psicoterapêuticas compostas por atendimentos psicológicos, psiquiátricos e médicos efetuados pelos técnicos especializados;
- Ateliers ocupacionais nas áreas de Cozinha, Lavandaria e Jardinagem;
- Clube de Emprego: sempre que necessário, os utentes em fase de procura de emprego são apoiados na elaboração do Currículo Vitae e



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the word 'Pro' and a signature.

respetivo envio, e na procura on-line de trabalho;

- Reuniões diárias de formação e reflexão com a participação de todos;
- Atividades de Lazer e Desporto (ginásio, caminhadas, futebol, visualização de filmes e jogos de futebol, jogos diversos, idas a espetáculos);
- Apoio na entrega do IRS;
- Apoio técnico-administrativo, que implica a gestão documental (por exemplo alteração de morada no Cartão do Cidadão), acessos digitais (por exemplo, Serviços de Finanças e Segurança Social, questões jurídicas, etc).

Podemos concluir que, de uma forma geral, foram cumpridas as ações planeadas no Plano de Atividades. Foram colocadas à disposição de todos os utentes acolhidos, as atividades inicialmente delineadas (acolhimento, formação, encaminhamento, apoio clínico e lazer).

5.1.6 Dificuldades sentidas

Mais uma vez podemos constatar que as dificuldades sentidas na intervenção desta resposta social são, principalmente, resultantes da especificidade da população alvo com que trabalhamos. Assim, é de salientar a ausência de recursos pessoais que encontramos em muitos dos utentes, nomeadamente: dificuldades cognitivas, problemas do foro psiquiátrico, problemas de saúde, baixa escolaridade, baixas qualificações profissionais, isolamento social. É ainda de referir a elevada faixa etária que muitos dos nossos utentes apresentam. Este fator é muito limitador e restritivo quando se inicia a procura de trabalho. Estes utentes são “muito velhos” para trabalhar, mas ao mesmo tempo, “demasiado novos” para se reformarem, o que dificulta muito a sua inserção.

Em alguns casos, as questões de saúde são muito acentuadas e incapacitantes, não permitindo uma reinserção e exigindo uma resposta institucional permanente, com cuidados de saúde e vigilância específicos. Mas a realidade, é que esse tipo de resposta apropriada para estes casos é praticamente inexistente no nosso país, o que torna impossível o encaminhamento.

Salientamos, igualmente, as dificuldades ao nível logístico que, no desenvolvimento do processo de construção/ consolidação de projetos pessoais, familiares ou profissionais, torna mais moroso e de difícil gestão a inserção de alguns dos nossos utentes.

Às suas dificuldades pessoais podemos acrescentar os obstáculos que se colocam pela situação na inserção no mercado de trabalho, que apresenta muito poucas alternativas para esta população mais fragilizada.

Embora existam alguns apoios estatais à contratação de pessoas com incapacidades, nomeadamente através do Atestado Médico de Incapacidade Multiusos, a demora na obtenção dos mesmos é grande, o que cria obstáculos na colocação destes utentes no mercado de trabalho.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Amis" and "Mey".

5.1.7 Avaliação Geral e Propostas

Nesta avaliação, foi possível verificar uma boa adesão, quer às atividades quer aos respetivos conteúdos por parte do nosso grupo-alvo.

Recordamos que a ideia deste projeto de Comunidade de Inserção, surgiu da necessidade de dar maior consolidação ao trabalho feito em Comunidade Terapêutica, procurando assim, ser resposta eficaz neste difícil e crucial processo de inserção social, porquanto a nossa sociedade se tem revelado escassa em respostas de inserção para indivíduos que apresentam um défice ao nível das competências básicas.

Consideramos que a alteração em alguns dos procedimentos técnicos (decorrentes das recomendações efetuadas aquando da Visita Técnica de Acompanhamento) estão a ser uma mais-valia na intervenção efetuada nesta resposta. Estão a ser realizadas reuniões regulares, com todos os intervenientes no processo: assistente social, psicóloga, coordenador da comunidade, monitor, utente. Inicialmente é delineado o Plano Individual de Inserção de cada um e posteriormente são feitas avaliações regulares da prossecução do mesmo.

Permanecemos firmes em considerar pertinente a existência desta valência uma vez que são visíveis os resultados de um processo de integração na sociedade com apoio técnico especializado, embora tenhamos a noção de que os desafios vão sendo cada vez maiores.

Aquilo que nos propomos é dar continuidade ao trabalho já desenvolvido, promovendo as atividades elencadas no Plano de Ação para 2026.

A equipa de trabalho permanece empenhada e comprometida neste projeto e propõe-se diagnosticar continuamente as diversas necessidades do grupo de utentes da comunidade, no sentido de adequar as atividades aos mesmos.

Neste âmbito, foi definido e aprovado, em Assembleia Geral de 27 de novembro de 2025, o Plano de Ação para o ano 2025 da Comunidade de Inserção de Fanhões, documento anexo ao Plano de Atividades da Instituição (anexo A).



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

5.2 Apartamento de Reinserção

Situado na Praceta D. Alfredo Anjos, torre 7-9^o B, em Santo António dos Cavaleiros, Loures, o Apartamento de Reinserção Social, com capacidade para 5 pessoas, constitui-se como uma resposta social que permite apoiar e acompanhar os seus residentes no seu processo de autonomização e reinserção socioprofissional.

5.2.1 Utentes

No âmbito da intervenção do Apartamento de Reinserção Social foram abrangidos, durante o ano de 2025, um total de 5 utentes, tendo 3 transitado do ano anterior. Todos os utentes eram do sexo masculino e com idades compreendidas entre os 34 e os 61 anos, sendo que a média de idades se situou nos 50 anos.

Relativamente às habilitações literárias destes utentes, é de referir que 1 utente possuía escolaridade ao nível do Ensino Básico e 4 utentes possuem o ensino secundário. Dos utentes admitidos, todos revelavam experiência profissional anterior, sendo que, à data da admissão nesta resposta social, encontravam-se inseridos no mercado de trabalho, no mínimo há 2 meses.

Todos os utentes reuniam os requisitos para admissão, neste equipamento, conforme previsto nos respetivos Regulamentos Internos.

Nesta resposta verificaram-se 3 saídas, tendo 2 residentes transitado para o ano seguinte.

No que diz respeito à inserção sociocomunitária dos utentes integrados em Apartamento de Inserção Social, importa referir que todos se encontram profissionalmente integrados e que os mesmos eram motivados a participar em atividades pós-laborais em comunidades locais que alicerçavam a sua integração social.

Primeiramente e, com relação à caracterização sociofamiliar destes utentes, gostaríamos de destacar o facto de todos se encontrarem em situação de vulnerabilidade social. Entre a multiplicidade de fatores que contribuem para esta vulnerabilidade, verificámos com maior frequência a predominância dos seguintes:

- Em 3 casos encontramos um percurso de consumos abusivos de substâncias (Opiáceos, cocaína; cannabis, álcool, entre outras);
- Em 3 situações pudemos constatar a ausência de uma rede de apoio familiar ou a escassez de referências afetivas e de suporte, encontrando-se em situação de isolamento social;
- Em todos os casos os utentes, não possuíam nenhuma estrutura habitacional de recurso, sendo que 2 tiveram um percurso de vivência nas ruas (sem abrigo).



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'A' and other illegible marks.

5.2.2 Recursos Humanos

O quadro de recursos humanos afetos à valência de Apartamento de Inserção é composto pelos seguintes elementos:

- 1 Assistente Social que desempenha funções de Responsável pelo Apartamento;
- 1 Psicólogo;
- 1 Técnico de Reinserção Social que desempenha as funções de Monitor/ Conselheiro;
- 1 Contabilista;
- 1 Administrativo.

Em complemento ao trabalho efetuado pela equipa técnica a Instituição disponibiliza ainda, sempre que se considere necessário, os serviços de:

- 1 Psiquiatra;
- 1 Clínico Geral.

5.2.3 Parcerias

A principal parceria estabelecida de forma formal (acordo de cooperação) é com o Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa, cujos contributos se revelam ao nível de:

- Comparticipação nos encargos financeiros;
- Supervisão e apoio nos aspetos técnicos ligados ao funcionamento do equipamento.

De forma informal existe parceria estabelecida com entidades da comunidade local que integram os nossos utentes no sentido de alicerçar a sua inserção.

Destacamos ainda a parceria com a Câmara Municipal de Loures.

5.2.4 Atividades

No ano 2025 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Alojamento, alimentação e cuidados de higiene;

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

- Rotinas diárias do Apartamento, desempenhadas pelos utentes. Cada um foi responsável pela limpeza do seu quarto, espaços comuns e lavagem da roupa.
- Atividades de avaliação: reunião de grupo, de carácter obrigatório, com a presença de todos os utentes e o técnico de inserção.
- Atividades laborais: cumprimento estrito do normal horário de trabalho, afeto à sua atividade profissional;
- Atividades sociais: no projeto de vida de cada utente são definidas as atividades sociais que devem preencher, bem como os seus tempos livres, tornando-se estas, desta forma, de carácter obrigatório.

De acordo com os objetivos inicialmente delineados pudemos concluir que de uma forma geral os mesmos foram alcançados, uma vez que todas as atividades previstas se efetivaram.

5.2.5 Dificuldades sentidas

Os constrangimentos sentidos no âmbito desta resposta social estão ligados à dificuldade de os utentes consubstanciarem a sua autonomização económica. A conjuntura económica e política que Portugal atravessa, em especial as suas políticas de Habitação, é muito penalizadora para quem precisa de encontrar um local digno para habitar, pelos altos preços praticados no mercado de arrendamento.

5.2.6 Avaliação Geral e Propostas

Podemos assinalar que, no decorrer do ano, se registou um normal funcionamento na generalidade das atividades em que os utentes participaram, e de forma ativa na prossecução dos objetivos estabelecidos.

Recordamos ainda que, este projeto pretende ser uma ponte entre a Comunidade de origem (Terapêutica ou de Inserção) e a completa autonomia do utente, surgindo como resposta eficaz neste difícil e crucial processo de inserção social. Daí, consideramos pertinente e imprescindível a existência desta valência, uma vez que são visíveis os resultados positivos no processo de integração na sociedade.

Aquilo a que nos propomos, desde já, é dar continuidade ao trabalho iniciado neste ano desenvolvendo as atividades elencadas no Plano de Ação para esta valência.

Neste âmbito, foi definido e aprovado, em Assembleia Geral de 27 de novembro de 2025, o Plano de Ação para o ano 2026 do Apartamento de Reinserção Social de Santo António dos Cavaleiros, documento anexo ao Plano de Atividades da Instituição (anexo B).

Esta resposta apresentou um número médio de estadia de 2 utentes/mês.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A.', 'Bao', 'Jan', and 'Luis'.

6 — OUTRAS ATIVIDADES E EVENTOS

Na prossecução dos seus objetivos o Desafio Jovem desenvolveu outras atividades, durante o ano a que se reporta este relatório, conforme abaixo descritas:

- Realização das Assembleias Gerais Ordinárias nos meses de março e novembro, conforme previsto nos estatutos;
- Encontro Nacional (Pic-Nic), em 07 de junho, de residentes, ex-residentes, familiares e colaboradores, em Fanhões;
- De 23 a 27 de junho, realizou-se a semana de praia para residentes, em Esmoriz;
- Realização da celebração anual de Graduação em 27 de setembro;
- Implementação de projeto piloto de Reconhecimento e Validação de Conhecimento e Competências na comunidade de Salvaterra de Magos;
- Visita das organizações AC3 (França) e How to Life (Holanda);
- No âmbito da estratégia de comunicação e captação de fundos da instituição, foram realizadas diversas ações nomeadamente:
 - Campanha "IRS Solidário 2025";
 - Contatos com empresas e grupos económicos, tendo em vista o estabelecimento de novas parcerias e apoio;
 - Promoção e divulgação da instituição através do seu website, Facebook;
 - Campanha "MbWay Solidário" e "Movimento 1 Euro".
- No exercício das suas responsabilidades, o Presidente da Direção, durante o ano de 2025, participou em algumas atividades relevantes das quais destacamos:
 - Reunião do European Teen Challenge Committee, em janeiro e novembro;
 - Formação da equipa francesa, AC3, em janeiro;
 - Cerimónia MB Way Solidário, em março;
 - Convenção Nacional das Assembleias de Deus, em Maio e Outubro;

RELATÓRIO DE GESTÃO

Handwritten signatures and notes in the top right corner.

- Retiro de líderes do Europe Teen Challenge, na Roménia, em Novembro.
- O Desafio Jovem, na qualidade de membro da comissão diretiva da POCAD (Plataforma das Organizações Intervenientes nos Comportamentos Aditivos e Dependências) esteve presente nos seguintes eventos:
 - Reuniões do Conselho Executivo do Fórum Nacional Álcool e Saúde;
 - Audiências com o Sr.ª Secretária de Estado da Saúde;
 - Reuniões com conselho executivo do ICAD;
 - Audiência com vários grupos parlamentares.
- A Instituição está integrada na Rede Social de Lisboa, Loures, Oliveira de Azeméis e Salvaterra de Magos.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A', '23', 'Jan', and 'Luis'.

7 — RESULTADOS

A Direção da Desafio Jovem submete à apreciação dos seus associados os resultados alcançados no exercício de 2025, manifestando a sua profunda satisfação pelo cumprimento das metas estabelecidas. Reconhecemos que a sustentabilidade e o impacto social da nossa intervenção são fruto da conjugação de fatores fundamentais: a Graça Divina, a responsabilidade social demonstrada pelos nossos parceiros institucionais e a generosidade de doadores particulares que, perante um contexto económico exigente, mantiveram o seu compromisso com a nossa missão. A todos, expressamos o nosso reconhecimento.

Do ponto de vista financeiro, o exercício de 2025 encerrou com um excedente líquido de 151.405,37€. Este saldo positivo é o resultado direto de:

- Crescimento consolidado de 1,5% face ao período homólogo de 2024 dos Rendimentos, impulsionado sobretudo pelo Apoio Estatal;
- Uma contenção de gastos na ordem dos 3,54% face a 2024, refletindo o sucesso das medidas de controlo de custos e gestão de recursos implementadas por esta Direção.

Este resultado não representa apenas um indicador de equilíbrio financeiro, mas constitui-se como um reforço fundamental da capacidade de autofinanciamento da Instituição perante os desafios estruturais e investimentos futuros previstos.

Em estrita observância das normas estatutárias e legais aplicáveis às Instituições Particulares de Solidariedade Social, e considerando a necessidade de reforçar os fundos próprios da Instituição, a Direção da Desafio Jovem propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido do exercício, no montante de 151.405,37€, seja integralmente transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A. S. M.

17/12/2024

8 — DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 Balanço Individual

Rubricas	Notas	2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7.6/7.7	1.528.305,52	1.565.836,83
Ativos intangíveis	7.6	3.752,44	4.813,24
Ativos Biológicos	7.6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	7.17.1	156.331,69	156.331,69
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	7.17.4	146.479,00	146.479,00
Subtotal		1.834.868,65	1.873.460,76
Ativo corrente			
Inventários	7.9	24.363,83	6.954,53
Clientes	17.3	2.551,06	11.412,07
Estado e outros Entes Públicos	7.17.10	0,00	1.119,40
Outras contas a receber	7.17.4	56.350,62	28.178,65
Diferimentos	7.17.5	14.184,97	14.007,09
Caixa e depósitos bancários	7.17.7	566.684,09	407.548,51
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	7.17.4	3.175,00	1.940,00
Subtotal		667.309,57	471.160,25
Total do ativo		2.502.178,22	2.344.621,01
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	7.17.8	560.000,00	560.000,00
Reservas	7.17.8	1.385.836,97	1.385.836,97
Resultados transitados	7.17.8	95.566,90	10.016,40
Ajustamentos em ativos financeiros	7.17.8	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	7.17.8	132.202,83	138.135,02
Subtotal		2.173.606,70	2.093.988,39
Resultado líquido do período		151.405,37	85.550,50
Total dos fundos patrimoniais		2.325.012,07	2.179.538,89
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7.17.12	30.834,61	43.697,92
Outras dívidas a pagar	7.17.11	1.107,00	1.107,00
Subtotal		31.941,61	44.804,92
Passivo corrente			
Fornecedores	7.17.9	14.712,34	16.336,55
Estado e outros Entes Públicos	7.17.10	12.088,43	11.648,29
Financiamentos obtidos	7.17.12	13.260,99	12.642,13
Diferimentos	7.17.11	86.342,45	79.210,90
Outras contas a pagar	7.17.5	18.820,33	439,33
Outros passivos correntes		0,00	0,00
Subtotal		145.224,54	120.277,20
Total do passivo		177.166,15	165.082,12
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.502.178,22	2.344.621,01

Unidade Monetária: Euros

A. J. P.
Jun 7
Luci

8.2 Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados	7.10	149.968,62	150.169,66
Subsídios, doações e legados à exploração	7.12/7.17.13	1.219.513,78	1.181.275,23
Trabalhos para a própria entidade		1.432,30	888,14
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7.9	(274.667,37)	(338.927,44)
Fornecimentos e serviços externos	7.17.14	(285.513,08)	(295.102,21)
Gastos com o pessoal	7.15	(465.509,35)	(452.112,38)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7.17.3		
Outros rendimentos e ganhos	7.17.16	11.264,58	28.839,27
Outros gastos e perdas	7.17.16	(146.829,24)	(128.545,10)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		209.660,24	146.485,17
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7.6	(61.637,84)	(64.456,95)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		148.022,40	82.028,22
Juros e rendimentos similares obtidos		4.030,56	4.495,83
Juros e gastos similares suportados	7.7/7.8/7.17.17	(647,59)	(973,55)
Resultados antes de impostos		151.405,37	85.550,50
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		151.405,37	85.550,50

Unidade Monetária: Euros

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A. F. J. J.

J. J. J.

Luiz

8.3 Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Próprios

Rubricas	Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas Legais	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição a 1 de Janeiro de 2024	560.000,00	1.278.616,74	-48.913,34	107.220,23	144.067,21	58.929,74	2.099.920,58
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			58.929,74		-5.932,19	-58.929,74	-5.932,19
Resultado Líquido do Período de 2024						85.550,50	85.550,50
Posição a 31 de Dezembro de 2024	560.000,00	1.278.616,74	10.016,40	107.220,23	138.135,02	85.550,50	2.179.538,89

Rubricas	Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas Legais	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição a 1 de Janeiro de 2025	560.000,00	1.278.616,74	10.016,40	107.220,23	138.135,02	85.550,50	2.179.538,89
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			85.550,50		-5.932,19	-85.550,50	-5.932,19
Resultado Líquido do Período de 2025						151.405,37	151.405,37
Posição a 31 de Dezembro de 2025	560.000,00	1.278.616,74	95.566,90	107.220,23	132.202,83	151.405,37	2.325.012,07

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

8.4 Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa

Rubricas	NOTAS	(±)	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto				
Recebimentos de clientes e utentes	17.10/17.17.3	(+)	159.017,63	148.409,85
Pagamento a fornecedores	7.9/7.17.9/7.17.14	(-)	(594.213,96)	(612.273,49)
Pagamentos ao pessoal	7.15	(-)	(465.509,35)	(452.112,38)
Caixa gerada pelas operações		(+/-)	(900.705,68)	(915.976,02)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(+/-)		
Outros recebimentos/pagamentos	7.12/17.17.13	(+/-)	1.122.140,66	1.192.507,56
Fluxos das atividades operacionais (1)		(+/-)	221.434,98	276.531,54
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	7.5/7.6	(-)	(41.171,95)	(17.838,23)
Ativos intangíveis	7.5/7.6	(-)	-	-
Investimentos financeiros	7.5/7.6	(-)	-	(150.000,00)
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	7.5/7.6/7.17.16	(+)	-	22.844,99
Outros ativos		(+)	-	4.044,09
Juros e rendimentos similares	7.17.17	(+)	4.030,56	4.495,83
Fluxos das atividades de investimento (2)		(+/-)	(37.141,39)	(136.453,32)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	7.17.12	(+)	618,86	-
Cobertura de prejuízos	7.17.8	(+)	85.550,50	58.929,74
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	7.7/7.17.12	(-)	(12.863,31)	(16.496,79)
Juros e gastos similares	7.8/7.17.17	(-)	(647,59)	(973,55)
Dividendos	7.17.8	(-)	(85.550,50)	(58.929,74)
Outras operações de financiamento	7.17.2	(-)	(5.932,19)	(5.932,19)
Fluxos de atividades de financiamento (3)			(18.824,23)	(23.402,53)
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)			165.469,36	116.675,69
Caixa e seus equivalentes no início do período			407.548,51	290.872,82
Caixa e seus equivalentes no fim do período			566.684,09	407.548,51
Variações de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo Inicial)			159.135,58	116.675,69
Unidade Monetária: Euros				

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

9 — ANEXO

9.1 Identificação da Entidade

Implantado em Portugal há 47 anos, numa quinta adquirida para o efeito em Fanhões – Loures em 1978, constituiu-se legalmente em 1981. A Desafio Jovem é uma Associação de Solidariedade Social, fundada pelas Assembleias de Deus de Portugal, registada definitivamente como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) sob o nº 14/90 é também reconhecida como Instituição com fins de saúde, tutelada pelo Ministério da Saúde, através do ICAD – Instituto de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências. É ainda, reconhecida oficialmente pelos Ministérios do Trabalho, da Solidariedade Social e da Justiça. Tem sede na Av. Catarina Eufémia, 43 - Fanhões – Loures.

Os seus objetivos visam a prevenção, reabilitação e inserção de pessoas em situação de dependência.

Para o efeito, possui um conjunto de respostas integradas, nomeadamente, intervenção direta em contexto de rua, uma rede de postos de atendimento e de 1º contato, prevenção em meio escolar e contextos de vulnerabilidade social, uma comunidade terapêutica para pessoas do sexo masculino e uma para pessoas de ambos os sexos, uma comunidade de inserção e ainda dois apartamentos de reinserção social.

9.2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

No domínio do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, a Instituição aplicou pela primeira vez a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) do SNC, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 29 de julho de 2015, através do Aviso n.º 8259/2015.

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (1) Às NCRF e Normas Interpretativas (NI); (2) Às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, de 19 de julho; (3) Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2024.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

9.3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

9.3.1 Bases de Apresentação

Nas presentes demonstrações financeiras, preparadas a partir dos registos contabilísticos da Entidade, foram consideradas as seguintes bases de preparação:

9.3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir a sua missão social.

9.3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

9.3.1.3 Consistência de Apresentação

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração foram aplicados de forma consistente em todos os períodos apresentados, garantindo a comparabilidade das demonstrações financeiras. Eventuais alterações de políticas contabilísticas ou reclassificações de rubricas, decorrentes da procura de um relato mais relevante e fiável, encontram-se devidamente identificadas, quantificadas e justificadas nas notas subsequentes deste Anexo, em conformidade com o SNC-ESNL.

EP
230
Am
Am

9.3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação financeira é determinada pela sua natureza e materialidade. Considera-se que a informação é material sempre que a sua omissão ou erro possa influenciar as decisões económicas dos utilizadores das contas. Itens que, pelo seu valor reduzido, não justifiquem uma apresentação isolada nas demonstrações financeiras principais, são detalhados e agregados neste Anexo sempre que tal seja necessário para garantir a transparência e a compreensão plena da situação da Instituição.

9.3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

9.3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

A informação comparativa deve ser apresentada nas Demonstrações Financeiras relativamente ao período anterior. Em conformidade com o Princípio da Continuidade e com o requisito de consistência das políticas contabilísticas, estas devem ser aplicadas de forma uniforme em toda a Entidade e ao longo dos períodos.

Sempre que ocorram alterações às políticas contabilísticas ou reclassificações de rubricas, devem ser divulgadas as quantias comparativas que tenham sido afetadas, incluindo

- A natureza da alteração ou reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens objeto de reclassificação;
- A fundamentação para a alteração ou reclassificação efetuada.

9.3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

9.3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller initials below it.

perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

No caso dos bens atribuídos a título gratuito em que o custo seja desconhecido, os bens são registados pelo justo valor (valor considerado pelas seguradoras ou figurado na contabilidade de origem).

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com a manutenção e reparação dos ativos, são registadas como gastos no período em que incorreram, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades adicionais presentes e futuras.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estiverem em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta e segundo o regime de duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

9.3.2.2 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidas para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.

9.3.2.3 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao justo valor, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta, regime de duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil;
- Houver um mercado ativo para este ativo;
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

9.3.2.4 Investimentos financeiros

Os Investimentos Financeiros são registados pelo custo de aquisição. O seu ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período, aquando do recebimento da sua realização, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

9.3.2.5 Inventários

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

9.3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontram com saldo no final do período e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras Contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras Contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

À data de relato devem ser avaliados todos os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontram em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desconhecidos pela forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" incluem disponibilidades de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras Contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

9.3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

9.3.2.8 Provisões

Não aplicável.

9.3.2.9 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

9.3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

Enquadramento em IRC

A Instituição, por assumir a natureza de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), beneficia de isenção de IRC ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC (CIRC). Esta isenção abrange todos os rendimentos diretamente relacionados com a prossecução dos fins estatutários e desde que não haja distribuição de resultados.

Rendimentos Sujeitos

Nos termos do n.º 3 do artigo 10.º do CIRC, os rendimentos de natureza comercial, industrial, agrícola ou outros que não se integrem nos fins estatutários encontram-se sujeitos a tributação.

Para o exercício de 2025, tais rendimentos são tributados à taxa prevista no n.º 5 do artigo 87.º do CIRC, correspondente a 20%, conforme legislação fiscal aplicável.

Tributação Autónoma

A Instituição encontra-se sujeita ao regime de Tributação Autónoma relativamente a determinados encargos, nomeadamente despesas de representação e encargos com viaturas ligeiras de passageiros, nos termos do artigo 88.º do CIRC.

De acordo com o n.º 14 do artigo 88.º, às IPSS aplica-se uma redução de 50% nas taxas de tributação autónoma incidentes sobre encargos relacionados com viaturas.

Caducidade e Revisão Tributária

As declarações fiscais da Instituição podem ser objeto de inspeção por parte da Autoridade Tributária no prazo de quatro anos, nos termos do artigo 45.º da Lei Geral Tributária (LGT).

Consequentemente, os exercícios 2021 a 2024 encontram-se ainda abrangidos pelo prazo legal de caducidade.



Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

A Instituição encontra-se enquadrada, relativamente às suas atividades principais, no regime de isenção previsto no artigo 9.º do Código do IVA (CIVA), aplicável às prestações de serviços e às transmissões de bens estreitamente conexas, efetuadas no exercício da sua atividade habitual por instituições de solidariedade social.

Este regime não confere direito à dedução do IVA suportado nas aquisições de bens e serviços afetos às atividades isentas, conforme o disposto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do CIVA.

Donativos – Regime Fiscal do Mecenato (EBF)

A Instituição beneficia do regime do Mecenato Social, previsto nos artigos 61.º e 62.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).

São considerados donativos, para efeitos fiscais, as entregas em dinheiro ou em espécie realizadas sem contrapartida, destinadas à prossecução dos fins estatutários da Instituição.

Nos termos do n.º 2 do artigo 62.º do EBF, os donativos concedidos por sujeitos passivos de IRC à Instituição são elegíveis como custos fiscais majorados em 140% do respetivo valor, desde que afetos exclusivamente a fins de carácter social.

Os donativos recebidos não constituem rendimentos sujeitos a IRC, enquadrando-se na isenção prevista no artigo 10.º do CIRC, por se destinarem à atividade social estatutária da Instituição.

9.4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

9.5 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas e a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos exercícios de 2024 e 2025 — evidenciando as adições, os abates e alienações, as depreciações do período e outras alterações relevantes — foram apuradas e apresentadas conforme consta dos Quadros I e II subsequentes à Nota 9.6.



9.6 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas e a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos exercícios de 2024 e 2025 — demonstrando as adições, os abates e alienações, as amortizações do período e outras alterações resultantes da conferência dos mapas da aplicação informática específica — foram elaboradas e constam dos Quadros I e II que se seguem:

(Quadro I)	Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Ativos Fixos Tangíveis					
	Terrenos e Recursos Naturais	316.047,13			316.047,13
	Edifícios e Outras Construções	1.664.438,02			1.664.438,02
	Equipamento Básico	802.088,67	7.954,92		810.043,59
	Equipamento Transporte	318.710,47	24.460,00		343.170,47
	Equipamento Administrativo	5.911,02			5.911,02
	Equipamentos Biológicos				
	Outros Ativos Fixos Tangíveis	407.923,79	8.757,03		416.680,82
	Investimentos em Curso	38.908,08	6.333,78		45.241,86
	Total dos ativos fixos tangíveis	3.554.027,18	47.505,73		3.601.532,91
	Depreciação dos ativos fixos tangíveis	2.012.650,35	85.037,04	24.460,00	2.073.227,39
	Quantia escriturada				1.528.305,52
Ativos Intangíveis					
	Outros ativos Intangíveis	14.033,60			14.033,60
	Total dos ativos intangíveis	14.033,60			14.033,60
	Depreciação dos ativos intangíveis	9.220,36	1.060,80		10.281,16
	Quantia escriturada				3.752,44
	Total dos ativos	3.568.060,78	47.505,73		3.615.566,51
	Depreciações	2.021.870,71	110.557,84		2.083.508,55
	Quantia escriturada				1.532.057,96
	Unidade Monetária: Euros				

(Quadro II)	Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Ativos Fixos Tangíveis					
	Terrenos e Recursos Naturais				
	Edifícios e Outras Construções	712.760,81	23.342,02		736.102,83
	Equipamento Básico	604.705,41	24.532,35		629.237,76
	Equipamento de Transporte	316.483,03	28.683,70	24.460,00	320.706,73
	Equipamento Administrativo	5.911,02			5.911,02
	Equipamentos Biológicos				
	Outros Ativos Fixos Tangíveis	372.790,08	8.478,97		381.269,05
	Adiantamentos p/ Conta Imobilizações				
	Depreciação dos ativos fixos tangíveis	2.012.650,35	85.037,04	24.460,00	2.073.227,39
Ativos Intangíveis					
	Outros ativos Intangíveis	9.220,36	1.060,80		10.281,16
	Depreciação dos ativos intangíveis	9.220,36	1.060,80		10.281,16
	Unidade Monetária: Euros				

9.7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Handwritten signatures and initials in blue ink.

	2025			2024		
	Custo de Aquisição	Deprec. Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Deprec. Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	78.661,08	(73.744,80)	4.916,28	78.661,08	(63.912,17)	14.748,92
Equipamento de transporte	-	-	-	18.777,82	(18.777,82)	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	76.112,40	(56.450,03)	19.662,37	76.112,40	(48.838,79)	27.273,61
Total	154.773,48	(130.194,83)	24.578,65	173.551,30	(131.528,78)	42.022,53

9.8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Rubricas	2025	2024
Juros de financiamentos obtidos	647,59	973,55
Juros leasing	-	-
Outros	-	-
Total	647,59	973,55

9.9 Inventários

No final dos períodos de 2024 e 2025 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

	2025			2024		
	Mercadorias	Matérias Primas, Sub. e de Consumo	Total	Mercadorias	Matérias Primas, Sub. e de Consumo	Total
Existências Iniciais	6.954,53	-	6.954,53	22.816,87	-	22.816,87
Compras	6.471,65	15.101,42	21.573,07	6.392,00	417.931,62	424.323,62
Regularizações	-	270.503,60	270.503,60	-	(101.258,52)	(101.258,52)
Existências Finais	-	(24.363,83)	(24.363,83)	6.954,53	-	6.954,53
Gastos do Período	13.426,18	261.241,19	274.667,37	22.254,34	316.673,10	338.927,44

9.10 Rédito

Para os períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Rubricas	2025	2024
Vendas	18.729,94	22.826,22
Prestação de Serviços	131.238,68	127.343,44
Quotas dos utilizadores	117.817,55	102.602,62
Recuperação	85.377,70	78.742,50
(convencionadas)	84.202,70	70.742,50
(não convencionadas)	1.175,00	8.000,00
Casas Saída	4.944,59	8.343,40
Inserção	27.495,26	15.516,72
Quotas e Jóias	12.995,00	11.945,00
Promoções para captação de recursos	426,13	12.795,82
Total	149.968,62	150.169,66

9.11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Não aplicável.

Passivos contingentes

Não aplicável.

Ativos contingentes

Não aplicável.

9.12 Subsídios e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2024 e 2025, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Rubricas	2025	2024
ARS / ICAD	362.195,91	316.942,21
IEFP	-	-
IGFSS (Segurança Social)	219.119,15	217.431,10
Consignação 0,5% IRS + IVA	15.943,29	14.658,44
Outros	21.195,52	9.473,50
Total	618.453,87	558.505,25

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'A' and other illegible marks.

9.13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

9.14 Imposto sobre o Rendimento

Não foi contabilizado o imposto corrente pelas seguintes razões:

- Não se verificou a existência de tributações autónomas a liquidar;
- Assim também como se prevê que os custos comuns absorvam por completo qualquer possível tributação.

9.15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, no período de 2025 foi de 11, não tendo auferido qualquer remuneração pelo desempenho das suas funções.

A quantidade de colaboradores ao serviço da Entidade em 31/12/2025 eram 28, sendo 15 do sexo masculino e 13 do sexo feminino, tendo a Entidade incorrido nos seguintes gastos com os funcionários:

Rubricas	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	373.733,46	362.736,57
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	83.694,84	81.159,52
Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4.736,35	4.662,80
Outros Gastos com o Pessoal	3.344,70	3.553,49
Total	465.509,35	452.112,38

9.16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

9.17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

9.17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025, a Entidade detinha 6.331,69€ na rubrica Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), que se deve à adoção do preceituado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) para a contabilização dos referidos Fundos.

Detinha ainda em “Investimentos Financeiros” o valor de 150.000,00€ aplicados no produto “Fidelidade Poupança Segura 5 Anos” com início em 20/06/2023 e final em 20/06/2028.

Rubricas	2025	2024
Fidelidade Poupança Segura 5 anos	150.000,00	150.000,00
FCT - Fundos Compensação Trabalho	6.331,69	6.331,69
Total	156.331,69	156.331,69

9.17.2 Fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados e membros

Para os períodos de 2024 e 2025 a rubrica “Fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados e membros” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Rubricas	2025	2024
Activo	3.175,00	1.940,00
Quotas	3.175,00	1.940,00
Passivo	-	-
	-	-
Total	3.175,00	1.940,00

9.17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2024 e 2025 a rubrica “Clientes e Utentes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Rubricas	2025	2024
Clientes/Utentes	2.551,06	11.412,07
Total	2.551,06	11.412,07

9.17.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a seguinte decomposição:

Rubricas	2025	2024
Corrente	56.350,62	28.178,65
Fornecedores	15.000,00	-
Outros devedores	41.350,62	28.178,65
Não corrente	146.479,00	146.479,00
CNME Ambientes, Lda	128.500,00	128.500,00
Cláudio Nuno Mariz	17.979,00	17.979,00
Total	202.829,62	174.657,65

9.17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2025, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Rubricas	2025	2024
Gastos a reconhecer	14.184,97	14.007,09
Rendas	1.142,96	1.131,21
Seguros	8.152,74	6.083,90
Outros	4.889,27	6.791,98
Rendimentos a reconhecer	18.820,33	439,33
Total	33.005,30	14.446,42

9.17.6 Outros Ativos Financeiros

Não aplicável.

9.17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2024 e 2025, encontrava-se com os seguintes saldos:

Rubricas	2025	2024
Caixa	6.387,42	7.530,21
Depósitos à ordem	210.296,67	200.018,30
Depósitos a prazo	350.000,00	200.000,00
Total	566.684,09	407.548,51

9.17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	560.000,00	-	-	560.000,00
Reservas	1.278.616,74	-	-	1.278.616,74
Reservas Legais	107.220,23	-	-	107.220,23
Resultados transitados	10.016,40	85.550,50	-	95.566,90
Outras variações/fundos patrimoniais	138.135,02	-	5.932,19	132.202,83
Resultado líquido do período	85.550,50	151.405,37	85.550,50	151.405,37
Total	2.179.538,89	236.955,87	91.482,69	2.325.012,07

9.17.9 Fornecedores

A 31 de dezembro de 2024 e 2025, o saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Rubricas	2025	2024
Fornecedores c/c	14.712,34	16.336,55
Fornecedores c/ FT em receção e conferência	-	-
Total	14.712,34	16.336,55

9.17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" a 31 de dezembro de 2024 e 2025 está respetivamente dividida da seguinte forma :

Rubricas	2025	2024
Ativos		
Imposto sobre o Rendimentos (IRS/IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	1.119,40
Total	-	1.119,40
Passivos		
Imposto sobre o Rendimentos (IRS/IRC)	1.408,51	1.656,69
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	207,35	139,61
Segurança Social	10.472,57	9.851,99
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	12.088,43	11.648,29

9.17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se a 31 de dezembro de 2024 e 2025 da seguinte forma:



 J. J. J.

Rubricas	2025		2024	
	não corrente	corrente	não corrente	corrente
Remunerações a pagar	-	71.107,64	-	63.923,78
Operações c/Utentes	-	188,00	-	-
Outras operações	-	9.316,91	-	4.466,21
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	-	-	-
Outros credores	1.107,00	5.729,90	1.107,00	10.820,91
Total	1.107,00	86.342,45	1.107,00	79.210,90

9.17.12 Outros Passivos Financeiros

A Entidade, no final dos períodos de 2024 e 2025, detinha as seguintes responsabilidades para com instituições de crédito e outras entidades:

Rubricas	2025	2024
Montepio - Linha Crédito nº 16036003760 (corrente)	5.649,75	5.030,89
Montepio - Linha Crédito nº 16036003760 (n/corrente)	5.950,45	11.202,52
Loações Financeiras (corrente)	7.611,24	7.611,24
Loações Financeiras (n/corrente)	12.051,13	19.662,37
Outros Empréstimos (n/corrente)	12.833,03	12.833,03
Total	44.095,60	56.340,05

9.17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2025, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma exaustiva na Nota 7.12.

Rubricas	2025	2024
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações	601.059,91	622.769,98
Heranças	-	-
Legados	-	-
Total	601.059,91	622.769,98

9.17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025 foi a seguinte:

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Rubricas	2025	2024
Serviços especializados	98.676,36	122.245,61
Materials	18.614,15	15.060,10
Energia e fluidos	115.867,52	104.892,97
Deslocações, estadas e transportes	11.273,01	12.592,07
Rendas e alugueres	12.448,33	12.290,41
Comunicação	8.357,79	7.748,18
Seguros	12.287,50	13.933,53
Limpeza, higiene e conforto	6.699,42	5.249,34
Serviços diversos	1.289,00	1.090,00
Total	285.513,08	295.102,21

9.17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se demonstrada conjuntamente no quadro do ponto seguinte.

9.17.16 Outros gastos e perdas

As rubricas de "Outros gastos e perdas" e "Outros rendimentos e ganhos" apresentam a seguinte discriminação a 31 de dezembro de 2024 e 2025:

Rubricas	2025	2024
Gastos		
Impostos e taxas	4.556,12	4.276,71
Correções de períodos anteriores	3.016,66	2.485,60
Donativos	49.397,75	64.913,64
Quotizações	803,00	1.264,00
Perdas em inventários	89.055,71	55.382,37
Outros	-	222,78
Total dos gastos	146.829,24	128.545,10
Rendimentos		
Correções de períodos anteriores	3.116,98	3.865,60
Alienações	-	7.555,00
Rendas	1.200,00	1.200,00
Imputação de sub.investimentos	5.932,19	5.932,19
Outros	1.015,41	10.286,48
Total dos Rendimentos	11.264,58	28.839,27

9.17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Rubricas	2025	2024
Gastos		
Juros suportados	647,59	973,55
Total dos gastos	647,59	973,55
Rendimentos		
Juros de Financiamentos	4.030,56	-
Total dos Rendimentos	4.030,56	-

Sp. Gal.
Jan 7
Jul.

9.17.18 Acontecimentos após data de Balanço

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2025 e 26 de março de 2026, a Instituição procedeu à análise de eventos subsequentes, em conformidade com a NCRF-ESNL 24 – Acontecimentos após a Data do Balanço.

Da referida avaliação, não foram identificados acontecimentos subsequentes que constituam:

- a) **eventos ajustáveis**, que exijam alteração dos valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras; ou
- b) **eventos não ajustáveis**, cuja divulgação fosse necessária para assegurar a adequada compreensão da posição financeira e do desempenho da Instituição.

Assim, não se registaram fatos ou condições posteriores suscetíveis de modificar ou influenciar de forma material a informação relevada nas contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

10 — PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento das competências que nos são conferidas pelos Estatutos e pela legislação em vigor, o Conselho Fiscal da Associação Desafio Jovem (Teen Challenge) Portugal reuniu em sessão formal na sede social da organização, sita em Fanhões, para proceder à análise e emissão de Parecer sobre os Documentos de Prestação de Contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

É da responsabilidade da Direção a preparação de um Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Associação. Cabe a este Conselho Fiscal verificar a conformidade dos atos de gestão, assegurar o cumprimento da lei e dos estatutos, e emitir uma opinião fundamentada sobre os referidos documentos

No exercício das nossas funções, acompanhámos com a regularidade adequada a atividade da organização e procedemos, por amostragem, às verificações consideradas necessárias. O nosso exame incluiu:

- A análise do Relatório de Gestão e das atividades desenvolvidas;
- A verificação da regularidade dos registos contabilísticos e da respetiva documentação de suporte;
- A apreciação das demonstrações financeiras, incluindo o Balanço, a Demonstração de Resultados por Natureza, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo;
- A obtenção de esclarecimentos adicionais junto do responsável administrativo e financeiro da Associação.

As demonstrações financeiras em análise evidenciam os seguintes indicadores de síntese:

- Total do Ativo Líquido: 2.502.178,22 Euros;
- Total dos Fundos Patrimoniais: 2.325.012,07 Euros;
- Resultado Líquido do Exercício (Positivo): 151.405,37 Euros (cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e cinco euros e trinta e sete cêntimos).

Em nossa opinião, os documentos de prestação de contas foram preparados de acordo com os normativos legais e apresentam, em todos os aspetos materialmente relevantes, uma imagem fiel da situação financeira e do desempenho económico da Associação Desafio Jovem (Teen Challenge) Portugal à data de 31 de dezembro de 2025.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal emite Parecer Favorável e recomenda à Assembleia Geral:

1. A aprovação do Relatório de Gestão e das Contas de Exercício relativos ao ano de 2025;
2. A aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pela Direção, procedendo-se à transferência do excedente líquido de 151.405,37 Euros para a conta de Resultados Transitados, com vista ao reforço dos fundos próprios e sustentabilidade dos projetos futuros da organização.

Fanhões, 18 de março de 2026

Presidente
(Paulo Moleiro Nunes)

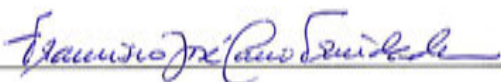
O Conselho Fiscal

1.º Vogal
(Paulo Joaquim Peres Cardoso)

2.º Vogal
(Daniel Tomás Pacheco Lourenço)

11 — DECISÃO E ASSINATURAS

Serviços de contabilidade



O contabilista certificado (81799)

Direção Administrativa

Aprovado pela Direção Administrativa, em reunião própria para o efeito, decorrida em 26 de março de 2026;

Presidente	Vice-Presidente	Tesoureiro	Secretário	Vogal
 Francisco Chaves	 Leonídio Ascensão	 Isaac Reis	 Jorge Morais	 Joel Oliveira

Assembleia-Geral

Aprovado pela Assembleia-Geral em 26 de março de 2026;



O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral